

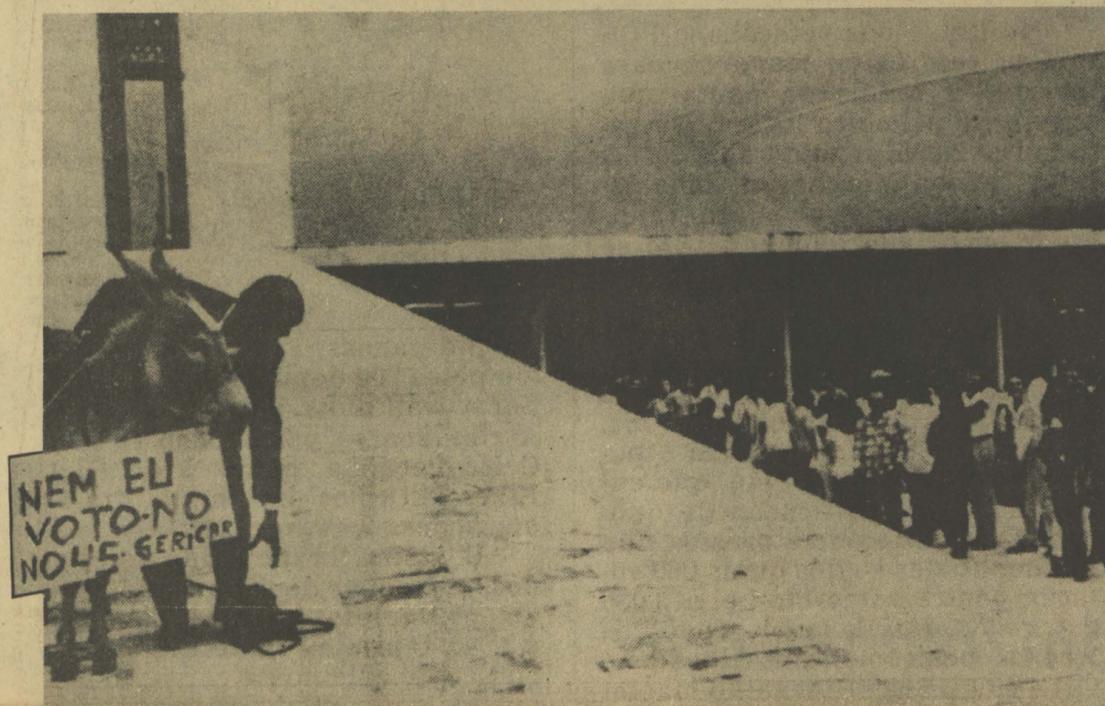
A Tribuna Operária completou, no último dia 16, 4 anos de existência, ao lado da classe operária e de todo o povo na luta pela liberdade.

Tribuna da Luta Operária

ANO IV Nº 141 — DE 24 A 31 DE OUTUBRO DE 1983

Cr\$ 150,00

Cerco ao Congresso não salva o 2045



Até o jumento Jericar, que o papa não quis, esteve na Praça dos Três Poderes para ajudar a derrotar o governo da fome

Sob a pressão de caravanas de sindicalistas, mulheres e populares vindos de todo o Brasil, o Congresso Nacional derrubou quarta-feira passada o famigerado decreto 2.045, da fome e do arrocho salarial. Figueiredo ainda tentou coagir os parlamentares decretando *medidas de emergência* no Distrito Federal, que está sob virtual intervenção militar por 60 dias, mas terminou fragorosamente derrotado. Mesmo assim não toma jeito: imediatamente baixou o decreto 2.064, com o mesmo conteúdo básico do 2.045. Pág. 3



EDITORIAL

O Executivo ilhado

Você, leitor, chegou a ter alguma ilusão com as promessas de negociação do general Figueiredo? Pois alguns políticos burgueses chegaram a se entusiasmar com esta perspectiva. Mas o sonho durou pouco. A "boa vontade" que elogiaram no presidente logo se revelou sob a forma de *medidas de emergência* para cercar e intimidar o Congresso Nacional.

Com este governo não há negociação possível. Sua substituição urgente é a primeira exigência para que o país comece a sair do atoleiro em que foi atirado pela incompetência dos generais.

O povo é que tem de se unir e tomar medidas de emergência para pôr fim a este governo que não tem mais como governar. É para resolver o impasse entre uma imensa maioria que vai desde os trabalhadores a todos os demócratas, passando inclusive por setores significativos das classes dominantes — arrastando até uma parte do PDS! — e saraivada de ameaças, golpes e decretos de um Poder Executivo em frangalhos, que só representa uma ínfima minoria atrelada ao capital financeiro internacional. Só assim é possível dar um basta aos atentados contra as prerrogativas do Congresso Nacional sempre que este poder ouve e respeita o sentimento do povo que o elegeu e a quem tem por obrigação servir.

O que aconteceu na última quarta-feira culmina um longo processo de desmascaramento do governo. Nunca ficou tão evidente que os generais só toleram a existência do Congresso Nacional se ele aceitar o papel de biombo para as arbitrariedades e traições do Poder Executivo, que os militares controlam monoliticamente desde 1964. Qualquer gesto de independência do Parlamento é encarado pelos donos do poder como um crime hediondo. E qualquer fiscalização dos eleitores sobre os deputados e senadores é considerada "subversão da ordem".

A única pressão que os generais

chamam de democrática é a de tropas apontando os fuzis para o Congresso — seja para fechá-lo ou para intimidá-lo a votar leis ou decretos contra o povo e a nação — como já foi feito tantas vezes desde o golpe militar de 1964.

O episódio revela também que o descontentamento das massas é tão intenso que, além de impulsionar os congressistas a não aceitar as imposições do governo a serviço do FMI, faz com que a insubmissão brote dentro do próprio PDS. A simples presença de caravanas de trabalhadores e de um grupo de mulheres no Congresso apavora os generais, porque representa a vontade unitária de milhões e milhões de brasileiros.

O Executivo está ilhado. Existe um antagonismo aberto entre o governo e a nação. O desatino de Figueiredo, ao baixar decreto sobre decreto, só terá como resultado derrota sobre derrota, aprofundando o fosso entre Executivo e Legislativo e acelerando o desfecho da crise de poder.

Figueiredo, Delfim, seu "ministro até o fim", e o FMI sofreram uma derrota amarga. O novo decreto 2.064, como os anteriores, e como o governo que os inventou, está condenado sem salvação à lata do lixo.

As medidas de emergência tomadas por Figueiredo mostram como os fascistas estão dispostos a novos atentados à democracia. Mas não estamos mais em 1964. Hoje os "salvadores da pátria" e seus golpes "redentores" estão atolados num mar de corrupção e de traição nacional. Estão desacreditados até por alguns ex-parceiros de quartelada. Se tentarem novas aventuras golpistas, num prazo muito curto a mesa pode virar sobre eles mesmos. O povo e os demócratas têm o dever de desarticular estas manobras e se unir para apressar a conquista de um governo provisório, democrático, para abrir o caminho da liberdade.

Ato público pela LEGALIDADE do PC do BRASIL



dia 28 de outubro, 19h 30 Assembleia Legislativa de SP

No último dia 19 foi apresentado na Câmara Municipal de S. Paulo, pelo vereador Antonio Carlos, um voto de Júbilo pelo ato em favor da legalidade do PC do B. Esteve presente uma delegação de comunistas encabeçada por Dyneas Aguiar, da Comissão Nacional pela Legalidade do PC do Brasil. Pág. 4.

O cinema da Albânia estréia em nosso país

"Quando rodávamos um filme" será apresentado no Festival do MASP. Pág. 7

Filho de Figueiredo acusado de corrupção

Governo não quer que Paulo Figueiredo deponha na CPI da Capemi. página 8

Greve nas frentes de trabalho do Ceará

Os nordestinos só param a greve quando receberem os salários atrasados. Pág. 8

Sindicalistas preparam encontro da Praia Grande

Uma avaliação sobre o Congresso da Praia Grande e a postura dos operários conscientes



George Schultz, um monopolista ianque

O que o enviado de Reagan vem fazer no Brasil?

O secretário do governo dos EUA chega ao Brasil na segunda-feira, e abordará a nossa economia. Pág. 2



Heitor, morto durante a campanha

Um ano do assassinato de Heitor Furtado

No dia 22 completa-se um ano do assassinato do deputado Heitor Furtado, da Tendência Popular do PMDB paranaense. O mais jovem deputado federal do país (26 anos), teve sua vida ceifada durante a campanha eleitoral de 1982 — quando o general Figueiredo anunciou que os governistas poderiam até "cometer pecados" para impedir a derrota do PDS. A Tribuna Operária, ao recordar essa data, reafirma seu compromisso com a causa da liberdade e da felicidade de nosso povo, causa pela qual Heitor, e tantos outros brasileiros, verteram seu generoso sangue.

Schultz vem golpear o que resta da soberania do Brasil

No dia 25 de outubro desembarca no Brasil Mister Schultz, Secretário de Estado do governo norte-americano. Seu objetivo: preparar o golpe de misericórdia para o pouco que resta da nossa soberania nacional; reforçar a nova etapa de dominação, iniciada pela visita de Reagan em 1982.

Schultz chega ao Brasil num momento calculado. Estamos na pior situação econômica de toda a nossa história. Muito pior do que em 1982. O FMI e os banqueiros suspenderam todas as remessas de empréstimos. Mais uma vez o Brasil está na rua da amargura,

precisando de empréstimos-ponte, para agüentar mais alguns dias. Schultz não é apenas um burguês monopolista, é a própria representação da maior potência imperialista do planeta. O Brasil foi empurrado para as negociações de Estado para Estado. Aí

não se negociam apenas taxas de juros ou prazos. O que está na mesa é a soberania nacional.

Dois objetivos se destacam no plano norte-americano: o estabelecimento de novos acordos militares com o Brasil, transformando nosso país num peão para o tabuleiro de guerra do Pentágono; e a aplicação de rigoroso arrocho salarial, seja através do 2.045 ou de qualquer outro jeito.

A visita de Schultz é a segunda etapa de um processo desencadeado pela visita de Reagan em 30 de novembro passado. Nessa ocasião Schultz forçou a formação de quatro "grupos de trabalho", que na verdade poderiam ser chamados de grupos de chantagem, para atuar na área militar, indústria e comércio, financeira e de energia nuclear.

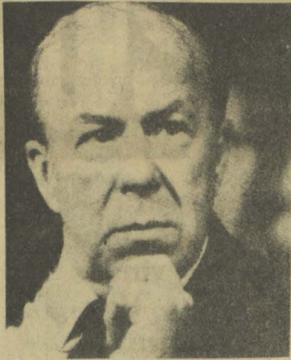
Depois de 11 meses, Schultz vem oficialmente analisar o resultado. Os americanos queriam que o Brasil mudasse o conjunto de

sua política para aniquilar o restante de soberania e autonomia que nos resta. Figueiredo foi aceitando as imposições e manobrou para aplicar essa política. O regime militar, que nunca foi nacionalista, passou a atuar sem disfarces. Houve o afastamento do embaixador Silveira de Washington (a pedido dos norte-americanos), o triste episódio dos aviões líbios que se deslocavam para a Nicarágua e foram barrados pelo governo brasileiro (ordens de Washington). A própria submissão total aos banqueiros estrangeiros e aos acordos com o FMI foram em grande parte imposições do imperialismo norte-americano.

Mas o governo não está conseguindo aplicar totalmente a política dos gringos. Schultz veio para dar um ultimato, quer acabar com a informática brasileira, liberação total para os investimentos americanos, dobrar a nação e o congresso. É uma visita de chantagem, um insulto aos brasileiros.

Uma espécie de Rockefeller

George Schultz é um dos mais poderosos representantes da burguesia monopolista norte-americana. É hoje uma espécie de Rockefeller. É um dos donos da Bechtel, o mais poderoso grupo de engenharia civil do mundo.



Schultz: monopolista da Bechtel

No últimos 10 anos Schultz sempre esteve na esfera do poder. Foi Secretário do Trabalho e do Tesouro nos governos Nixon e Ford, chegou a ser envolvido no escândalo de Watergate. Agora é o Secretário de Estado, responsável pela política internacional.

O Grupo Bechtel é um dos mais fortes do mundo, Schultz era presidente antes de ser secretário. Aliás o governo executivo se confunde com as multinacionais num entrelaçamento. Outro homem da Bechtel pertence ao governo Reagan, é o Caspar Weinberger, secretário de Defesa. Só por aí já dá para perceber a força política dessa empresa.

A Bechtel constrói aeroportos, oleodutos, fábricas e usinas em todo o mundo. Chegou até mesmo a fechar um contrato de mais de 100 bilhões de dólares

para construir uma cidade industrial inteira na Arábia Saudita (Jubail), um valor que se aproxima da dívida externa brasileira.

E no Brasil? São vastos os interesses de Schultz (e de Bechtel, é claro). Eles se concentram no grupo Brasilinvest, onde Schultz tem como sócio o "testa de Ferro" Mário Garnero. Não é à toa que essa empresa está tendo rápido crescimento, abocanhando as telecomunicações brasileiras e outros setores estratégicos.



O ministro Guerreiro, do Brasil, e Schultz, enviado do imperialismo ianque

Arrogância imperialista no conflito Irã-Iraque

As potências imperialistas ocidentais, em especial os Estados Unidos e a França, vêm se intrometendo cada vez mais no conflito Irã x Iraque, criando mais um foco de guerra aberta no mundo. Há cerca de duas semanas a França selou a venda ao Iraque de cinco caças "Super Etandart", equipados com mísseis Exocet, apesar de todos os avisos do Irã. Em represália, este país ameaçou fechar o estreito de Ormuz na saída do Golfo Pérsico. Esta área é uma região estratégica para o escoamento do petróleo do Oriente Médio para o mundo ocidental.

A arrogância imperialista logo se fez sentir. A Casa Branca imediatamente anunciou que interviria militarmente, caso a ameaça iraniana se concretizasse. Para provar que "não estão brincando", os imperialistas ianques enviaram para a região o porta-aviões Tarawa, com 2 mil marines, que estava na costa do Líbano. Enquanto isso, os seis países árabes, aliados dos norte-americanos, do Conselho de Cooperação do Golfo, iniciaram manobras militares conjuntas na costa dos Emirados Árabes Unidos, ao logo do estreito de Ormuz, com a participação de aviões F-15 norte-americanos. Foi justamente para episódios como estes que os Estados Unidos formaram a força de intervenção rápida, especializada em ações no Oriente Médio. A força é composta por 230 mil soldados, três porta-aviões e suas respectivas escoltas, além de aviões.

Ataque

racista

a Moçambique

Tropas racistas da África do Sul voltaram a invadir Moçambique para praticar atos de terrorismo no último dia 17. Um comando sul-africano penetrou em Maputo e explodiu três bombas no edifício do escritório do Congresso Nacional Africano (CNA), movimento que luta contra o criminoso regime do Apartheid. Três membros do CNA e dois civis moçambicanos ficaram feridos na explosão.

Esta é a quarta vez que as tropas racistas da África do Sul atacam diretamente a Moçambique, desde 1981. Em maio deste ano, aviões sul-africanos bombardearam um subúrbio de Maputo, matando 19 pessoas. Os racistas financiam e armam um movimento terrorista fantoche em Moçambique, chamado Resistência Nacional Moçambicana (RNM). No momento do ataque, o dirigente máximo de Moçambique, Samora Machel, encontrava-se na Europa buscando apoio militar e diplomático contra a agressão da África do Sul.

Citicorp registrou lucro de 221 milhões de dólares (Cr\$ 172 bilhões!!!, pelo câmbio oficial), contra 199 milhões de dólares em igual período no ano passado; o Manufactures Hanover Corp. lucrou 88 milhões de dólares (Cr\$ 68 bilhões), contra 85,3 milhões de dólares no ano passado; e o Bankers Trust New York Corp atingiram 63,3 milhões de dólares de lucro (Cr\$ 49 bilhões), contra 56,1 milhões de dólares em 1982. Esses dados não incluem operações internacionais desses bancos.

Ameaça

à Nicarágua

Os Estados Unidos e seus agentes — os grupos contra-revolucionários que lutam contra o governo sandinista — estão tentando o estrangulamento da economia da Nicarágua através da sabotagem e destruição de terminais de descarga e depósitos de combustível, e também através do boicote à entrega de petróleo e derivados ao país. Num discurso transmitido pela rádio e televisão, o coordenador da junta sandinista, Daniel Ortega, advertiu que os Estados Unidos estão "completando o cerco por mar, ar e terra contra a Nicarágua", e que o povo nicaraguense deve preparar-se para combater "uma invasão do Exército de Honduras ou de tropas americanas". Já a Esso se recusou a continuar alugando à Nicarágua os navios nos quais era transportado o petróleo que o país compra do México, e a empresa estatal de petróleo mexicana, Pemex, também se negou a continuar transportando combustível aos portos nicaraguenses. Enquanto isso os grupos contra-revolucionários intensificam suas ações. No dia 14 eles atacaram o Porto Sandino, o segundo porto petrolífero do país, destruindo canalizações recém-reparadas e danificando outras.

Novo governo de Israel em frangalhos

Poucos dias depois da posse do novo governo de Israel, chefiado pelo terrorista Yitshk Shamir, já está absolutamente em frangalhos. A bomba que o implodiu foi a revelação de um plano de transformar o dólar em moeda nacional. Um assessor do ministro de Finanças ainda deu a dica para o Delfim Netto: "A experiência planejada pode servir de modelo para o Brasil, que tem problemas análogos aos de Israel".



Aridor: substituído no governo

A denúncia do plano foi feita pelo jornal "Iediot Achoranot" causou comoção e indignação. O ministro de Finanças, Yoram Aridor, teve que renunciar. Mas o plano já circulava há pelo menos um ano e meio entre os governos de Israel e dos Estados Unidos. Com certeza já era do conhecimento do próprio Begin — ex-chefe do governo sionista — e da administração Reagan, que cingidamente manifestou-se "surpresa" com a proposta.

A demissão de Aridor agravou a crise política do governo Shamir, que levou mais de um mês para ser formado. Sua substituição pelo deputado Yigal Cohen-Orgad levou o Partido Liberal a ameaçar retirar-se da coalizão governamental, forçando a convocação de novas eleições.

PROTESTOS POPULARES

A revolta contra a "dolarização" se deu em meio aos protestos ge-

neralizados contra as medidas de austeridade e arrocho anunciadas por Shamir apenas 12 horas após tomar posse. A moeda nacional — o Shekel — foi desvalorizada em 23%. Metade dos subsídios à alimentação foram suspensos. O governo anunciou ainda um "2.045" israelense" e levantou a necessidade de acabar com os reajustes trimestrais de salários. Houve um autêntico pânico na economia do país, com uma corrida desesperada aos bancos, supermercados e postos de gasolina. No dia 16 (domingo, dia útil em Israel) a Central Sindical Histadrut puxou uma

Posto avançado dos Estados Unidos

O plano de "dolarização" e as medidas de austeridade aplicadas pelo governo Shamir revelam a verdadeira natureza de Israel enquanto posto avançado de agressão do imperialismo ianque contra os povos árabes e em especial ao povo palestino. A economia de Israel só sobrevive graças aos vultuosos empréstimos do capital financeiro ocidental. O país de Begin, Sharon e Shamir tem a maior dívida externa "per capita" do mundo — 21,5 bilhões de dólares para uma população de apenas 4 milhões.

Este financiamento imperialista visa sustentar e viabilizar a monstruosa máquina de guerra israelense. Assim Tel Aviv dispende mais de 30% do seu Produto Nacional Bruto com gastos militares.

Esta militarização extrema é a principal responsável pela espiral inflacionária do país, que está atualmente em 131%



Shekel: desvalorizado em 23%

anuais e com perspectivas de alcançar 200%. E o déficit comercial deve chegar a 5 bilhões de dólares este ano. Neste quadro, as medidas de austeridade de Shamir só aumentam o empobrecimento das massas, enquanto o exército mantém gastos onerosos com a ocupação do Líbano.

Portanto, a "dolarização" só viria simplificar uma situação que já é de total colonização de fato. Quem sabe o próximo passo não seria transformar Israel no 51º Estado dos EUA? Triste e irônico fim para os que fundaram Israel para recuperar o "lar nacional do povo judeu"...

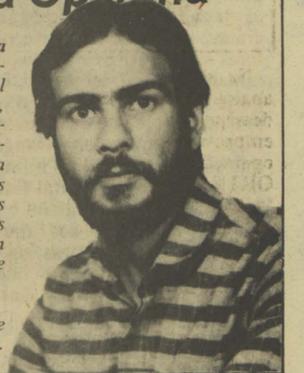
greve geral de duas horas no país, contando com a adesão de mais de 1 milhão de operários e funcionários. Em alguns locais a greve durou o dia todo, como no porto de Ashod. As escolas, e o próprio aeroporto de Israel, aderiram à paralisação. (Luís Fernandes)

Super-lucros dos bancos

Nem todos sofrem com a profunda crise que atinge o mundo capitalista. Pelo contrário, há os que se aproveitam da crise para concentrar ainda mais em seus domínios as riquezas produzidas pelos trabalhadores. É o caso dos bancos norte-americanos (não só norte-americanos), que continuam aumentando seus lucros. No dia 18 três instituições financeiras anunciaram seus ganhos no terceiro trimestre deste ano: O

Leia e assinie a Tribuna Operária

Apóio a Tribuna Operária porque é o jornal que retrata de forma mais séria e real as angústias, o sofrimento, mas também a luta e perseverança de todo o povo brasileiro, principalmente a classe operária. Faça votos que todos os progressistas e democratas de nosso país apoiem este jornal, que é um importante instrumento de luta do povo.



Hélio Fernando, prefeito de Aragarças-Goias.

Desejo receber em casa a Tribuna Operária

- () Anual de apoio (52 edições) Cr\$ 10.000,00
- () Anual Comum (52 edições) Cr\$ 5.000,00
- () Semestral de apoio (26 edições) Cr\$ 5.000,00
- () Semestral comum (26 edições) Cr\$ 2.500,00
- () Exterior, anual 70 dólares

Envio cheque nominal à Editora Anita Garibaldi

Lida, Rua Adoniram Barbosa, 53 (antiga Travessa Brig. Luiz Antonio) - Bela Vista São Paulo, SP - CEP 01318

Nome:
Endereço:
Cidade: Estado: CEP:
Profissão: Data:

Alemães realizam atos contra a guerra no "Outono Quente"

A medida em que se aproxima a data para a instalação dos 572 mísseis nucleares Cruise e Pershing-2, as mobilizações pela paz voltam a entrar em cena com grandes manifestações na Europa Ocidental. Na Alemanha o novo surto de mobilizações contra a corrida armamentista já foi batizado de "Outono Quente".

MANIFESTAÇÕES CRIATIVAS

No dia 13 de outubro iniciou-se uma rodada de intensos protestos contra os mísseis nucleares da Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), que vai se estender até o dia 22, quando se realizará uma passeata monstro em Bonn.

Os movimentos pela paz vêm usando formas de luta variadas e criativas nas suas mobilizações. No primeiro dia, cerca de 50 mil manifestantes participaram de três ações diferentes, bloqueando as vias de acesso a portos, quar-

téis e instalações militares. Um dos postos bloqueados, o de Bremen, é um dos mais importantes para as tropas americanas instaladas na Europa. Lá estão concentradas as brigadas ianques de intervenção no Oriente Médio e os quartéis gerais de organização de todo o suprimento de armas e munições dos americanos.

CONTRA AS SUPERPOTÊNCIAS

Em vários locais foram erguidos "Acampamentos da Paz", ao lado de bases militares e policiais. No dia 15, em Bonn, 5 mil manifestantes formaram uma corrente humana de mais de três quilômetros entre a Embaixada dos Estados Unidos e a da União Soviética, condenando a política belicista de ambas as superpotências. A polícia alemã-ocidental tem reprimido as mobilizações com violência. Em alguns casos até mesmo a polícia militar norte-americana se encarregou de espancar os mani-



Operários da BMW protestam contra as bombas nas Alemanha se mobilizarão em ações até o dia 22.

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois



Os operários apóiam a luta para que o Partido seja legal

J. Amazonas no Ceará e no Maranhão

O auditório da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará ficou superlotado de estudantes, professores, intelectuais, operários, comerciários e camponeses que vieram do interior do Estado até Fortaleza para ouvir o dirigente comunista João Amazonas, que proferiu uma palestra no dia 17 deste mês, com o tema "Existe saída para o Brasil?"

Amazonas falou durante duas horas e meia, prendendo a atenção do público de tal maneira que era possível ouvir o zumbido de um inseto. Iniciou a sua palestra abordando o problema da dívida externa, que atingiu hoje a casa dos 100 bilhões de dólares graças à orientação desastrosa dos generais, incompetentes para administrar o país, comprometidos com o capital estrangeiro, esbanjando o dinheiro público em obras faraônicas, em mordomias, e na vergonhosa corrupção que campeia em todos os setores.

O dirigente comunista apontou a união de todo o povo como único meio para a derrocada do regime militar e condenou o divisionismo no movimento sindical. Ele afirmou que esta divisão só serve à reação e à burguesia e citou, como exemplo negativo, o pluralismo sindical na França, Itália e outros países.

Amazonas condenou igualmente a tese do "consenso" que, a pretexto de obter algumas concessões, só serve para dar fôlego, ao regime militar. Ele defendeu que, ao contrário disto, o que se faz necessário é o consenso de toda a nação para livrar o país da tutela dos generais e do regime militar. Falando sobre a

legalização do Partido Comunista do Brasil, ele mostrou que ela faz parte da luta do povo pela democracia, ressaltando que esta conquista está ligada com o fim do regime militar.

Após a palestra, foram feitas várias perguntas. E o público, mais de 800 pessoas, ao ovacionar o orador, gritava com entusiasmo: "um, dois, três, quatro, cinco mil, viva o Partido Comunista do Brasil!"

João Amazonas recebeu um convite especial para visitar a Câmara Municipal e o presidente da Casa, vereador Fiuza Câmara, do PMDB, nomeou uma comissão para acompanhá-lo. O vereador Francisco Lopes foi incumbido de fazer uma saudação ao visitante. Num ambiente de grande cordialidade, Amazonas em poucas palavras agradeceu a recepção e ressaltou a urgente necessidade da conquista da liberdade do país.

NO MARANHÃO

No dia 14, João Amazonas fez uma palestra, também sobre a saída política para a crise, no auditório da Federação dos Trabalhadores da Indústria do Maranhão, em S. Luís, com o comparecimento de mais de 500 operários, camponeses e populares.

O Congresso sindical de Praia Grande

Dias 4, 5 e 6 de novembro, dois meses após o congresso sindical de São Bernardo, haverá na Praia Grande um fórum com o mesmo nome — Conclat — mas promovido por outro segmento do sindicalismo. Volta a se colocar com força o problema de como, neste quadro concreto, travar a luta cada vez mais indispensável e urgente pela reunificação do movimento sindical.

O fato é que a divisão perdura, apesar dos esforços em contrário, das necessidades e anseios dos assalariados. E por desgraça não se vê ainda qualquer iniciativa séria e expressiva para ultrapassá-la.

É uma cisão real e artificial ao mesmo tempo. Artificial do ponto de vista da vontade, da exigência das bases sindicais mais necessitadas que nunca de uma ação unitária. Mas muito real na ótica das cúpulas sindicais dominantes tanto na articulação da Praia Grande como na de São Bernardo. Cada uma delas trata de formar o seu movimentozinho próprio.

Enquanto isso o quadro nacional sofre brusco agravamento: a crise de governo que bate à porta do Planalto, as exigências avassalantes do FMI, uma inflação de 200% em 83, demissões em massa e — muito especialmente — o arrocho salarial galopante que Figueiredo impõe por decreto.

O balanço das respostas do movimento sindical — desde as caravanas a Brasília e atos públicos até a greve geral convocada unilateralmente pela Central — São Bernardo — atesta uma mobilização muito aquém do necessário e do possível. A chaga da discórdia na cúpula entorpece os sindicatos justo quando seria mais urgente pôr em tensão todas as suas forças.

As características do Congresso da Praia Grande

É neste quadro que o Congresso da Praia Grande realizará seus trabalhos. Qual a sua natureza? O que esperar dele? Como tratá-lo?

Embora se diga unitário, o Conclat-Praia Grande é, como o de São Bernardo, o congresso de uma parte do sindicalismo.

Entre outros, irão à Praia Grande setores até há pouco ausentes da ação intersindical efetiva, mas dominantes na maioria das entidades sindicais do país: direções atrasadas, ministerialistas, pelegos propriamente ditos. Nessas áreas há uma considerável subordinação à máquina das Federações e Confederações. Mas a base dessa estrutura estará presente; uma base atrasada em geral, dominada pelo apolitismo, o espírito corporativo; porém sem a partidarição do Conclat-São Bernardo, que, com uma hegemonia petista de nove décimos dos delegados, foi um jogo de cartas marcadas.

Também ao contrário de São Bernardo, onde um número grande e até hoje não revelado de delegados foi tirado "por fora" dos Sindicatos, Praia Grande tem a marca de um congresso de Sindicatos, com os prós e contras dos sindicatos que temos. Em particular, estima-se que os grande e pequenos sindicatos operários devem comparecer em peso. O empenho da Contag garante também a presença maciça dos sindicatos do campo.

As diretorias de todas estas entidades vivem hoje, por assim dizer, sob o cerco das inquietações e pressões, do crescente desejo de participação de suas bases. Isto explica em boa parte por que certos sindicalistas, apáticos há anos, irão até a Baixada Santista para tratar dos grandes problemas atuais.

Um traço do encontro de

Praia Grande merece atenção especial: ao menos pelo que se pôde ouvir até agora de seus promotores e participantes, ele não tenderá a formar qualquer organismo que consagre e cristalice a existência de duas articulações intersindicais concorrentes.

Uma porta aberta para reconstruir a unidade rompida

essa atitude tem raiz na recusa direitista em aceitar qualquer central que ponha em xeque a estrutura rigidamente vertical do sindicalismo brasileiro. É fato também que os promotores do Conclat-Praia Grande, como os do Conclat-São Bernardo, têm culpa no cartório pela ruptura dos vínculos intersindicais unitários erguidos a duras penas nos últimos anos. Partiu deles o tiro de misericórdia na Comissão Nacional Pró-CUT, desferido na reunião de 21 de agosto em Brasília.

De qualquer forma fica uma porta aberta para se buscar a reunificação do movimento, com imenso benefício para a interferência das massas operárias e assalariadas em geral na crise política que se precipita.

Soma-se a isto o fato de que na Praia Grande estará um número expressivo de gente da base, em particular operários, que não podem ser deixados à mercê da cúpula acomodada.

Todos estes elementos convergem para a necessidade de participar do Congresso da Praia Grande uma tomada de todas as forças avançadas do movimento operário e sindical, para jogar um papel ativo, independente e de luta. Nas condições criadas pela desistência de formar uma segunda central paralela, e no impasse político atual, a ausência não se justificaria. Não se trata de optar entre as duas articulações que correm paralelamente, mas de usar uma tribuna que se apresenta para prosseguir, hoje, o combate pela reunificação do nosso maltratado movimento sindical.

Unidade para a luta e na luta das massas trabalhadoras

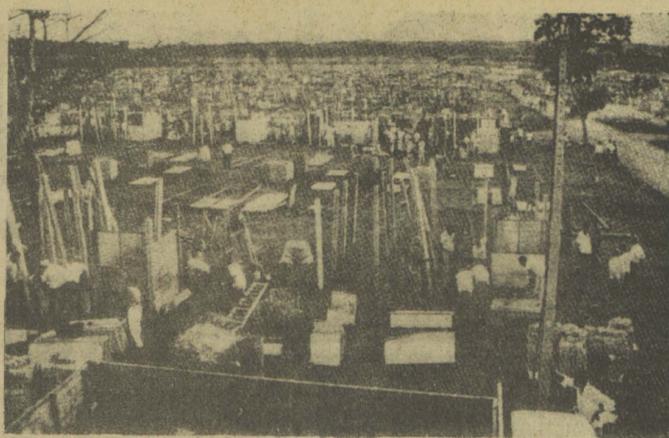
A unidade que se busca não é a das belas frases de efeito tão usadas nos fóruns sindicais, até por gente que nos bastidores trabalha com afã pela cisão. É unidade para a luta e na luta das massas exploradas, contra seus inimigos comuns e por uma saída popular para o impasse nacional.

Por isto estará em pauta na Praia Grande uma tomada de posição vigorosa sobre o momento atual: desde o repúdio à política econômica vigente e da colonização do país pelo FMI até a denúncia do total desgoverno instaurado e sua seqüência lógica, a exigência do fim do regime militar.

No plano sindical, a possibilidade que se abre é de fazer com que o Conclat-Praia Grande proponha e comece a constituir uma comissão paritária de luta pela reunificação, a ser completada pelos companheiros do Conclat-São Bernardo. Caberia a ela convocar e realizar, no prazo máximo de 12 meses, um congresso de reunificação do movimento sindical.

Ao comparecer massivamente e com todo empenho à Praia Grande, os delegados de todo o país que advogam um autêntico sindicalismo classista colocam-se estes objetivos limitados. Coerentes com sua defesa intransigente da união das massas operárias e populares, buscam a mais ampla adesão a esta plataforma. Ela é, no quadro criado, o meio possível e eficaz de avançar rumo a um Congresso Nacional que seja de fato das Classes Trabalhadoras.

(R. Freitas)



O início da construção das casas, pela manhã.



As casas prontas, às 18,30 horas



Os novos moradores, transferidos no mesmo dia.

Mil casas feitas em um dia num mutirão em Goiás

O Mutirão da Moradia, realizado no último dia 16, em Goiânia, construiu, em apenas 13 horas, mil casas para a população de baixa renda desta capital. Cerca de 50 mil pessoas foram mobilizadas para este trabalho, que o governador Íris Rezende classificou como "o maior discurso da história de Goiás, feito pelo próprio povo".

O êxito do empreendimento foi comparado com a flagrante incompetência do BNH que, durante anos de existência, não conseguiu cumprir seus objetivos. "A razão disto é simples: o que foi feito em Goiás tem por base a mobilização popular. Enquanto isto o BNH é dirigido por tecnocratas sem nenhum compromisso popular e idealizado por um governo ditatorial e antipovo", explicou o vereador do Bloco Popular do PMDB, Euler Ivo, enquanto trabalhava na construção de uma casa.

MOBILIZAÇÃO POPULAR

Os trabalhos de edificação das

mil casas começaram às 5 horas, quando foram colocadas as primeiras pilstras. Às 18 horas e 30 minutos foi concluída a milésima unidade. Diversas caravanas do interior participaram com grande entusiasmo do mutirão. Um dos acontecimentos mais impressionantes do mutirão foi o fato de que as milhares de pessoas que trabalharam eram voluntárias.

No mesmo dia, domingo, diversas famílias que residiam nas invasões em condições sub-humanas foram removidas para as casas recém-construídas.

O deputado federal Aldo Arantes, coordenador estadual do Bloco Popular do PMDB, explicou que "o povo unido demonstrou mais uma vez a sua força. Isto é uma prova de que para resolver nossos problemas não necessitamos de FMI, de banqueiros internacionais e do imperialismo. Ficou provado que o povo com suas próprias mãos poderá resolver seus problemas.

(da sucursal)

Muito entusiasmo nas novas sucursais baianas da T.O.

Mais duas sucursais da Tribuna Operária foram inauguradas na Bahia. Uma, dia 8, em Juazeiro, a outra dia 15, em Itapetinga. Com isto já são seis sucursais no Estado, incluindo Salvador.

Em Juazeiro a solenidade de inauguração começou às 20 horas, ao som da Internacional, na presença de mais de 200 pessoas. Com muito entusiasmo foram recebidos os convidados, especialmente o deputado estadual pelo PMDB, o jornalista Luís Nova, o vereador Paulo César Carvalho do PMDB de Juazeiro, e o veterano comunista Saul Rosas, pessoa muito querida na cidade.

Além de estudantes e dirigentes de entidades democráticas de Juazeiro e da vizinha Petrolina, compareceram ao ato um grupo de camponeses do município de Santo Antônio que atualmente travam uma luta pela posse de suas terras, no distrito de Itapetinga, lideradas pelo juiz Djalma Nunes Fernandes.

O deputado Luís Nova falou sobre a importância da imprensa operária", seguindo-se um debate

que se prolongou até às 23 horas. A festa encerrou-se com um forró até às 3 horas da madrugada.

EM ITAPETINGA

Entusiasmo semelhante verificou-se em Itapetinga. Diversas entidades de bairro e populares compareceram à solenidade, que contou também com a presença do vice-pi feito Zildo Carvalho, do presidente da Câmara Municipal, José Gama Sobrinho, do presidente do PMDB, Izai Amorim, e dos vereadores Antonio Rocha, Manoelito Chaves e Gilson de Jesus.

A sucursal estadual foi representada pelo seu novo responsável Milton Barbosa, e pelo ex-dirigente, Arthur de Paula, que falou sobre os quatro anos da Tribuna Operária e seu papel na luta pelo fim do regime militar e pela conquista da liberdade.

Os responsáveis pelo jornal em Itapetinga homenagearam Arthur de Paula com um quadro de um artista plástico local. E a União dos Estudantes da Bahia enviou uma moção de apoio à nova sucursal.

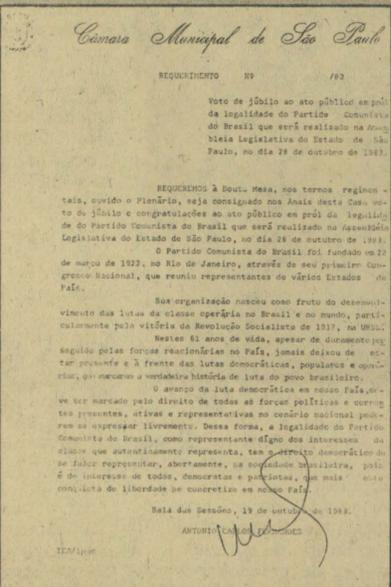
(da sucursal)

A luta pela legalidade

Vem causando grande entusiasmo, principalmente entre os operários, o ato público a ser realizado no dia 28, na Assembleia Legislativa de São Paulo, em favor da legalização do Partido Comunista do Brasil.

Os operários da Volkswagen de Taubaté resolveram organizar uma caravana e para isto já se cotizaram e alugaram dois ônibus. Em Suzano trabalhadores simpatizantes também alugaram dois ônibus e estão "vendendo" as passagens para os companheiros interessados em comparecer ao ato.

Na Câmara Municipal de São Paulo, no dia 19, o vereador Antônio Carlos Fernandes, do PTB, apresentou ao plenário um Voto de Júbilo ao ato em prol da legalidade do PC do Brasil. O requerimento do vereador Antonio Carlos diz, entre outras coisas: "O avanço da luta democrática em



Fac-símile do requerimento na Câmara

nosso país deve ser marcada pelo direito de todas as forças políticas e correntes presentes, ativas e representativas no cenário nacional poderem se expressar livremente. Dessa forma, a legalidade do Partido Comunista do Brasil, como representante digno dos interesses da classe que autenticamente representa, tem o direito democrático de se fazer representar, abertamente, no processo de todos, democratas e populares, que pela conquista da liberdade se concretiza em nome da

A histórica derrota dos decretos do arrocho

Foto: Domingos Abreu



Luís Paulino: defendido pelo movimento popular

“Estadão” ataca a Regional da Freguesia do Ó

Destilando veneno, o reacionário jornal *O Estado de S. Paulo* vem desenvolvendo há mais de uma semana uma campanha suja contra o engenheiro Luís Paulino, administrador regional da Freguesia do Ó — região periférica da capital paulista. O diário o taxa de incompetente e acusa-o de comunista, pedindo sua demissão ao prefeito Mário Covas. A *Tribuna Operária* ouviu o administrador para saber os reais motivos da perseguição e constatou que há razões mesquinhas e políticas. Eis seu depoimento:

“Logo que assumi, um diretor do jornal me telefonou dizendo que a administração anterior oferecia um caminho unicamente para limpar o lixo das redondezas do *Estadão* e queria saber se eu continuaria fazendo o serviço. Disse que não, e eles ficaram queimados. Em seguida passaram a me pressionar para que removesse a favela Ordem e Progresso, que fica próxima ao jornal. Alegaram que ela enfeia a área: o proprietário do jornal, o sr. Mesquita, passa por lá todo o dia e não gosta de vê-la. Novamente não atendi o pedido, pois afinal não há outro local para colocá-la, nem verbas para a remoção, e existem na região outras favelas em condições mais precárias. A partir daí o ataque passou a ser mais violento.

“Nota-se que a questão de fundo é que o jornal dispunha anteriormente de uma série de mordomias, de benesses do poder público nas mãos do PDS, e que eu as eliminei. Afinal não temos condições de ficar lustrando as ruas em volta do *Estadão* enquanto a região da Freguesia está caindo. Nosso dever é atender às reivindicações do conjunto da área, inclusive as do *Estadão*, mas temos que priorizar o fundamental. A questão é política. Cheguei à administração por vontade do povo que derrotou o PDS, que anseia por mudanças, que quer um administrador preocupado com os seus problemas. Já o *Estadão* representa o velho, quer o clientelismo, quer ter privilégios e, como não os encontra, nos pressiona.

“O jornal pediu minha cabeça ao prefeito, mas este deixou claro que nos apóia. Porém isto é uma guerra, e a arma que tenho para continuar na regional é o povo. Já fizemos duas reuniões, uma com os diretores do PMDB da área e outra com entidades populares. Ambas repudiaram o jornal. As entidades vão enviar cartas e procurarão o prefeito para prestar esclarecimento. Entendem que a questão não é pessoal; que o *Estadão* está atacando todo o movimento popular e por isso organizam um movimento de defesa. Sei que não vai ser fácil o *Estadão* nos derrubar. O movimento popular da região não está disposto a se dobrar frente a este tipo de pressão”.

A especulação de um trilhão de cruzeiros

Na segunda-feira, dia 17, um furacão abalou a economia: o governo, num gesto desesperado, pegou um trilhão de cruzeiros emprestados no mercado financeiro. A operação se realizou através da venda de ORTNs com correção cambial, no maior “leilão” financeiro da história do Brasil.

O Brasil passa cada vez mais a ser o centro mundial da especulação financeira. Quem aplica dinheiro nas Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) tem uma espécie de super poupança, que rende correção e juros anuais de 8%. Mas a correção é feita pela desvalorização do cruzeiro, e aí é que está o pulo do gato. Nos últimos 12 meses o dólar subiu 230%, e essa “correção cambial” é que rende para o portador das ORTN. E tem mais, sobre essa quantia não é pago nenhum imposto de renda.

É um roubo do dinheiro público. O governo estimula muito mais a aplicação especulativa do que as atividades produtivas. A medida do Banco Central é um indicativo de descontrolo. Também na economia temos o desgoverno. Na prática, as ORTNs com correção cambial passam a representar a verdadeira moeda nas transações da economia. O governo diz que vem controlando a emissão de papel moeda, mas o que vem fazendo é emitir desesperadamente títulos, o que acaba dando no mesmo.

A medida desesperadora do Banco Central mostra que com Langoni ou com Pastore, o rumo da economia é o mesmo: para o buraco.

Numa nova demonstração de unidade na luta, as oposições, a classe operária e todo o povo brasileiro obtiveram dia 19 passado uma importante vitória sobre o governo militar: rejeitaram, ao mesmo tempo, quatro decretos-lei, entre eles os famigerados 2.036 (que reduzia os salários dos empregados das estatais) e o 2.045.

Durante toda a semana o governo e o PDS montaram uma verdadeira farsa, acenando com propostas de negociação cujo único objetivo era atrair os setores moderados e conciliadores das oposições, buscando obter apoio para suas propostas econômicas recessivas e antipopulares. Depois de sucessivas reuniões entre líderes oposicionistas e políticos do governo, as “negociações” foram encerradas e a oposição decidiu rejeitar os decretos-lei.

O primeiro decreto a ser votado foi o 2.036. Foi derrotado por 260 votos a 3. Foram 195 votos do PMDB, 23 do PDT, 8 do PT, 7 do PTB e 27 do PDS. Os deputados Iturival Nascimento, Genésio de Barros, Joaquim Roriz (do PMDB); Fernando Carvalho, Francisco Studart, Mendonça Falcão, Moacir Franco, Ricardo Ribeiro e Ivete Vargas (PTB) não compareceram à votação. Além disso, os deputados Arnaldo Maciel e Carlos Alberto de Carli, do PMDB, tiveram um comportamento ainda pior, votando a favor do decreto. Essas foram as traições oposicionistas.

Derrubado o 2.036, caminho aberto para novas vitórias

Derrubado o 2.036, e garantido o quórum para votação, o caminho estava aberto para outras vitórias. Assim, os decretos 2.039, 2.040 e 2.045 foram sendo sucessivamente rejeitados pelo voto das lideranças, não sendo sequer necessária a votação nominal.

Mais uma vez ficou comprovada a importância da participação popular como garantia do funcionamento do Congresso Nacional. Apesar de to-



Acenando para as galerias, deputados comemoram as vitórias do histórico dia 19 de outubro

das as ameaças, intimidações e pressões do governo (que chegou mesmo a decretar medidas de emergência para todo o Distrito Federal), o Congresso agiu com dignidade, ouvindo o clamor dos representantes do conjunto do movimento sindical e popular, derrotando os decretos da fome e do arrocho salarial.

Para o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, a decretação das medidas de emergência representa uma afronta ao Poder Legislativo: “Esse foi um ato arbitrário e da responsabilidade do presidente do Congresso, senador Moacir Dalla, que não defende a instituição que representa. Ao contrário, a colocou sob sério risco da arbitrariedade, na medida em que solicitou a adoção dessas chamadas ‘medidas de emergência’. Não havia nenhum motivo para isso. Todos agiram com o maior respeito ao Poder Legislativo. No final, a festa foi do povo”.

Com efeito, o comportamento nas galerias revelou uma extrema sensibilidade das lideranças sindicais e populares e um elevado nível de organização. Durante toda a sessão, as mais de mil pessoas presentes ficaram em completo silêncio, só se manifestando depois do encerramento dos trabalhos. Assim que o senador Moacir Dalla (PDS) encerrou a sessão, as galerias explodiram, cantando o hino nacional e gritando “O povo uni-

do jamais será vencido!” e “FMI, fora daqui!” Esse comportamento acabou desmoralizando o argumento utilizado pelos generais para decretar as “medidas de emergência”. O Poder Legislativo não estava ameaçado em seu funcionamento. Pelo contrário, estava estimulado pela presença do povo a funcionar com independência.

“Manifestação coletiva de repulsa ao decreto 2.045”

Para o deputado Haroldo Lima, vice-líder do PMDB, este conjunto de episódios “significou a manifestação coletiva de repulsa ao 2.045, à política econômica do governo, ao FMI e ao monopólio do poder político pelo Executivo. Derrotando estes decretos-lei, o Congresso mostrou à nação que não está mais disposto a se submeter passivamente às ordens emanadas do Palácio do Planalto”.

Na opinião do parlamentar baiano, a vitória contra os decretos revela também que “hoje o governo está na ilegalidade. Desde março passado

ele se submete a sucessivas derrotas, criando um círculo vicioso. Isto representa, ao mesmo tempo, o isolamento político do governo e o caráter arbitrário dos seus métodos. Ao editar um novo decreto-lei, o governo se coloca à margem do processo político brasileiro e alimenta a fúria popular contra si. Hoje, existe um consenso no país: é preciso acabar com este governo e esse regime antinacional, antidemocrático e antipopular”.

Insensível a essas manifestações populares, o regime militar continua em sua rota de afronta aos anseios democráticos e nacionais. No dia seguinte à derrubada dos decretos-lei 2.036 e 2.045, o Palácio do Planalto enviou ao Congresso um novo decreto, mantendo a essência da política do arrocho salarial. O novo decreto leva o número 2.064. Estabelece reajustes integrais para quem ganha até três salários mínimos, reajustes decrescentes de 95% a 27% do INPC daí para frente. Estabelece ainda medidas semelhantes às do decreto 2.036, mantendo os salários dos empregados das empresas estatais em 80% do INPC expurgado. (Moacyr de Oliveira Filho, de Brasília).

Por que a “emergência”?

Com a falsa alegação de que havia em Brasília um “forte clima emocional e de mobilização de agitadores capazes de pôr em risco a ordem pública, a paz social e o livre funcionamento dos poderes”, o governo militar decretou a adoção de medidas de emergência, durante 60 dias, em todo o Distrito Federal, e designou o comandante militar do Planalto, general Newton Cruz, ex-chefe da agência central SNI, como o executor dessas medidas. Em consequência desse decreto, durante o período estalado o governo pode efetuar prisões indiscriminadamente, realizar operações de busca e apreensão em domicílios, suspender a liberdade de reunião e associação e intervir em entidades sindicais.

A decretação de medidas de emergência foi resultado de um pedido feito pelo presidente do Congresso Nacional, senador biondo Moacir Dalla, que alegou “falta de segurança” para a realização da sessão que derrubou os decretos 2.036 e 2.045. Assustado com a intensa mobilização popular contra os decretos do arrocho, o líder do Congresso abriu a brecha para a decretação das medidas de emergência.

A AMEAÇA ERA DO PDS

Na verdade não havia nenhuma ameaça ao funcionamento do Poder Legislativo, a não ser por parte do próprio PDS que, a exemplo do que ocorreu na votação do decreto 2.024, estava disposto a obstruir a sessão do Congresso e até mesmo a impedir a votação, voltando a apresentar a



General Newton Cruz, interventor

questão de ordem exigindo que haja quórum no Senado para que as votações sejam realizadas.

A adoção de medidas de emergência representou um ato arbitrário do governo. Uma tentativa de pressionar e intimidar o Congresso Nacional e o povo que se mobilizou para assistir à histórica votação. No entanto, nada disto surtiu

Como é o 2.064

O decreto-lei 2.064, baixado pelo general Figueiredo assim que o Congresso Nacional rejeitou em votação o 2.045, conserva o mesmo conteúdo básico deste último. Obediente ao FMI, o governo federal não abre mão do arrocho nos salários. E insiste também no uso do recurso autoritário do decreto-lei, que entra em vigor imediatamente e só será submetido ao Congresso em março de 1984.

No entanto, no enorme texto do novo decreto, publicado quinta-feira no Diário Oficial da União, há recuos em alguns pontos em relação ao 2.045, diante da indignação generalizada do povo e da derrota de Figueiredo no Congresso. Assim, os trabalhadores que ganham até três salários mínimos passam a receber reajustes de 100% do INPC, contra 80% segundo o 2.045. Os aumentos nos aluguéis e prestações da casa própria ficam limitados a 80% do INPC. São pequenas concessões que Figueiredo justificará perante o FMI como indispensáveis para manter.

O corte salarial, porém, é brutal em comparação com a lei de 1979, ou mesmo com os decretos 2.012 ou 2.024, já jogados ao lixo pelas oposições. Além disso, o decreto 2.064 mantém os reajustes de apenas 80% do INPC para os trabalhadores das empresas estatais. E inclui todo um rosário de medidas — basicamente aumentos nos impostos — que segundo os observadores deverão multiplicar a já insuportável taxa de inflação e o nível dos juros, afundando de vez o país na depressão econômica.

efeito. Os parlamentares rejeitaram os projetos e o povo não se intimidou, nem mesmo com a presença ostensiva da Polícia Militar nas ruas de Brasília. Muitos incidentes ocorridos na cidade na noite de quarta-feira foram provocados pela própria polícia. Todos os 22 ônibus fretados pelo PMDB do Distrito Federal, que se dirigiam para o Parlamento trazendo representantes do movimento popular e sindical brasileiro, foram detidos pela Polícia no meio do caminho. Quando seus ocupantes decidiram seguir a pé até o Congresso, houve violência policial, cassetetes e agressões aos populares.

“ATO VIOLENTO”

Além do caráter claro de ameaça e intimidação, as medidas de emergência revelam a instabilidade da situação política do país. Na opinião do deputado Haroldo Lima, vice-líder do PMDB, “esse ato violento é um exemplo concreto da precariedade da situação política em que vivemos e significa que o governo não tem mais condições de absorver politicamente pequenas crises. Não havia absolutamente nada que justificasse adoção das medidas desse porte. Foi um ato típico de desespero de um governo que não consegue mais governar”.



Manifestação em Porto Alegre: trabalhador contra o 2.045

A luta forçou unidade de ação dos explorados

A vitória sobre os decretos da fome deixou uma importante lição para o movimento sindical: a unidade dos operários e demais trabalhadores é condição essencial para a conquista de seus objetivos.

A mobilização contra os decretos 2.045 e 2.036 trouxe a Brasília as principais lideranças sindicais do país, que como se sabe acham-se divididas. Mas diante da ameaça de aprovação dos decretos ou de um similar “negociado”, igualmente ruim, o movimento sindical acabou atuando unido.

Pela primeira vez desde a cisão consumada em agosto, os representantes de todas as tendências sentaram-se na mesma mesa, em Brasília, para discutir o encaminhamento comum da luta. Nos Estados, o combate ao arrocho também já havia forçado manifestações unitárias, como a do dia 15 em

Porto Alegre, com cerca de 6 mil participantes.

A reunião de Brasília tirou uma comissão de 39 dirigentes sindicais representando o conjunto do movimento sindical do país, para acompanhar todos os passos do processo de votação e influir sobre eles, em nome do movimento sindical. Finda a batalha, a comissão foi desmobilizada, mas ficou patente a necessidade de abrir um caminho que leve à reunificação do movimento operário e sindical.

Para o deputado operário Aurélio Peres (PMDB-SP), “a vida vai mostrando na prática que a única maneira dos operários conquistarem as vitórias desejadas pelas suas bases é através de uma luta efetivamente unitária. Como diz o caipira, quando a caça é grande todos têm de se unir para abatê-la”.



A Polícia Militar manteve as cercanias do Congresso sob vigia

Posseiro baleado por fazendeiros enquanto dormia

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Goiás (Fetaeg) divulgou no último dia 14 a notícia do bárbaro assassinato do lavrador Belmiro Antônio Filho. Ele foi morto enquanto dormia por Edmir Ferreira e Joaquim Ribeiro, filhos do fazendeiro Joaquim Ribeiro Assunção, proprietário da Fazenda Baú, onde Belmiro trabalhava como parceiro deste agosto de 1978. No início deste ano o proprietário da fazenda entrou com uma ação judicial para rescindir o contrato com Belmiro e outro trabalhador, Benedito Correia. A primeira audiência estava marcada para o último dia 13, mas antes disto o lavrador foi covardemente assassinado.

Os assassinos prestaram depoimento na Delegacia de Niquelândia, mas foram liberados. A Fetaeg enviou ofício à Secretaria de Segurança pedindo providências imediatas no sentido de punir os criminosos. "A prática de crimes desta natureza em Goiás tem sido uma constante, pois seus autores e mandantes têm contado com a certeza da impunidade", afirma o ofício, assinado por Amparo Sesil, presidente da Fetaeg.

Ainda em Niquelândia, a família de Otávio Souza, que trabalhava há 11 anos na fazenda Santa Rita, de José Garibaldi, foi expulsa. Segundo Arsidio Souza, filho do lavrador, todos os pertences da família foram roubados. "Estamos perambulando por aí sem nada e fui ameaçado de morte por jagunços de José Garibaldi", conta Arsidio. (da sucursal)

Violências contra posseiros em Santa Luzia, no Maranhão

Dezenas de posseiros, acompanhados pelo deputado estadual do PMDB Luis Pedro, estiveram nesta semana na Secretaria de Segurança e em vários órgãos ligados ao problema da terra, para denunciar e solicitar providências contra os policiais que se encontram em Santa Luzia a serviço do dr. Ari, gerente da Fazenda Faísa. Estes policiais, junto com pistoleiros, tem levado intranquilidade aos posseiros da região, onde há mais de 1.500 famílias. A comissão denunciou que no último dia 3 chegaram a Arapari, na região, o tenente Amujacy e mais quatro policiais e passaram a perseguir os lavradores, tomando-lhes suas armas. No dia 11, três pistoleiros passaram a ameaçar de morte os posseiros. Logo depois o gerente da Faísa passou a invadir áreas dos lavradores.

Os moradores exigem a demarcação de suas terras, pois as fazendas Faísa e Santo Inácio não estão respeitando os limites existentes. Só que os posseiros entendem que a sua melhor defesa é a luta e já realizaram duas invasões. A primeira contra a Santo Inácio, cujos proprietários a cada dia mudavam a cerca para dentro da área dos laceradores. A segunda na Faísa, que colocou um portão em cada estrada que dá acesso aos povoados e a passaram só era realizada mediante autorização. (da sucursal)

Rodoviários exigem eleições sindicais no Espírito Santo

Os rodoviários do Espírito Santo continuam aguardando, ansiosos, que a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) marque novas eleições para diretoria do Sindicato da categoria. Como foi noticiado pela Tribuna Operária, o pleito, inicialmente marcado para julho, foi suspenso em razão de irregularidades praticadas pelo atual presidente, Francisco de Almeida, pelego que reina há 32 anos na entidade. O acatamento da decisão da suspensão deveria ser seguido da definição da data das eleições. Entretanto a DRT, em indistigável conluio com o pelego, procura ganhar tempo e impedir a participação da chapa 2, Carga Pesada. Todo tipo de golpes, perseguições e chantagens está sendo praticado pelo pelego, pelo advogado do Sindicato, Vilmar Lobo, e pela DRT. "A diretoria chega a elaborar listas negras para as empresas identificando os rodoviários mais conscientes e combativos que apoiam a nossa chapa", denuncia Jeozir Scharffal, candidato a presidente da chapa 2. (da sucursal)

Secundaristas realizam vitorioso Encontro em Goiás

Realizou-se nos dias 15 e 16, em Anápolis, o I Encontro Estadual dos Estudantes Secundaristas de Goiás, com a participação ativa de 122 delegados de diversos municípios do Estado. As suas principais resoluções foram a formação da Comissão Pró-UGES (União Goiana dos Estudantes Secundaristas) e a fixação da data para reconstruir esta entidade extinta pela ditadura — primeira quinzena de maio próximo. Ao final do encontro foram aprovadas várias moções, entre elas a que dá apoio ao projeto de lei do Deputado Federal Aldo Arantes, do PMDB goiano, que extingue os Centros Cívicos e cria os Grêmios Livres em todo o país; e a que apóia a luta dos trabalhadores contra o arrocho salarial e exorta a unidade do movimento sindical. (da sucursal)

Mulheres e crianças vão ao saque em Vitória

Mulheres e crianças famintas invadiram mais dois supermercados em Vitória, Espírito Santo, dia 15, e levaram só gêneros alimentícios. Num período de 15 dias já houve quatro saques, inclusive até de um carregamento de ossos. Uma mãe afirmou que saqueou "porque o Estado não me paga há três meses e tenho sete filhas passando fome".



Maria: "Saqueei porque estou com fome"

O primeiro saque do dia 15 ocorreu no supermercado Novo Box Morita, em Jucutuquara. Um grupo de aproximadamente 15 mulheres e dez crianças chegou e começou a recolher óleo, arroz, feijão, macarrão e leite em pó. O gerente Aldecir ainda conseguiu tomar um saco de arroz de uma das mulheres, mas ela quase chorando pediu que a deixasse levar alguma coisa para seus filhos, que estavam "com muita fome".

O outro saque foi na Cobal da Ilha de Santa Maria, de onde foram levados vários pacotes de cinco quilos de arroz. Quando a Polícia Militar chegou já não havia mais ninguém no supermercado, mas ela subiu o morro do Romão e prendeu cinco mulheres. A servente Maria Alves do Carmo, bastante revoltada, foi a única que afirmou ter participado do saque: "Saqueei porque estou com fome. Não sou vagabunda não. Trabalho no Hospital de Praia da Costa, mas não recebo há três meses".

A fome tem levado várias famílias ao desespero. Aca-bam encontrando como única

alternativa para resolver a sua situação o saque. Maria Alves é um exemplo disso. Ela conta que sua família está passando fome. "Tenho sete filhas, duas ainda de mamadeira, e o Estado não me paga para eu comprar comida. Por isso eu vou saquear mesmo. Não tem mais leite em casa e estão quase cortando a minha luz".

Há casos estardalosos, em que a fome é tanta que levou os moradores do bairro Ihan-guetá a saquearem uma camio-

nete carregada com ossos e restos de comida. O fato ocorreu no dia 4 de outubro e logo após o saque saíram em fila em direção à favela.

EM SÃO PAULO

No município de São Paulo os saques continuam ocorrendo há mais de um mês. Segundo dados do Serviço de Informações Criminais do Deic, já foram registrados 73 saques e 17 tentativas, somente na capital, de 16 de setembro a 18 de outubro. As invasões a supermercados têm ocorrido geralmente as regiões mais pobres da cidade, como a Leste e a Sul.

Um destes saques foi no Mercado Bandeirantes, na Zona Leste e foram levados cerca de Cr\$ 1 milhão em mercadorias. Na noite do dia 17 mais de 30 pessoas invadiram o estabelecimento e passaram por cima dos balcões para recolher as mercadorias. Na mesma noite uma mulher e dez homens armados com facas chefiaram o saque ao Bar Empório Tavares, em Guaianazes, também na Zona Leste.



Moradores de Ihan-guetá saqueiam uma camionete carregada de ossos

Moradores unidos em Porto Alegre

Populares de bairros e vilas da capital gaúcha reuniram-se nos dias 14, 15 e 16, na Assembléia Legislativa, e fundaram a União das Associações de Moradores de Porto Alegre (Uampa). Participaram do encontro 51 Associações, representadas por 314 delegados, que decidiram unificar suas lutas para poder reconquistar as melhorias exigidas pelos bairros.

Para Néio Pereira, presidente da Associação Comunitária São Judas Tadeu, eleito para diretoria provisória da Uampa, "a entidade nasce em meio a uma violenta crise econômica que massacrava os trabalhadores. Será uma entidade de luta por melhores condições de vida e pela conquista da mais completa liberdade política". Outro membro da

diretoria provisória, César Ramos Pereira, presidente da Associação Comunitária do Beco do Adelar, afirma que a "Uampa dará mais assistência às Associações, mais força e representatividade à luta política contra os decretos e pacotes do governo, contra o desemprego e a exploração imobiliária". Já Ademir Castro, presidente da Associação da

Vila União, acrescenta: "A criação da Uampa vai propiciar um trabalho mais combativo a nível municipal e impulsionar o movimento comunitário no Estado".

O encontro das entidades de moradores também decidiu apresentar ao Congresso da Fracab (Federação Riograndense de Associações Comunitárias e de Amigos de Bairros) a proposta de realização de um Congresso Estadual do Movimento Popular, com a participação de Sindicatos, Associações de Moradores e outras entidades populares para debater e aprovar uma plataforma de objetivos e ações comuns. Entre outras resoluções, foram aprovadas pelo plenário a luta pelo fim do regime militar e sua substituição por um governo que garanta a mais ampla liberdade de manifestação e organização popular; pelo rompimento imediato do acordo com o FMI e pela suspensão do pagamento da dívida externa; pela legalização da posse da terra e contra os aumentos extorsivos das prestações do BNH. A diretoria provisória eleita tem 11 membros e o pleito definitivo se dará no primeiro semestre de 1984. (da sucursal)



51 Associações presentes na Assembléia Legislativa fundam a Uampa

Impunes os assassinos de Margarida

Continuam soltos, impunes, os mandantes e os assassinos da líder camponesa Margarida Maria Alves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Paraíba, baleada em agosto último. Ocorre que o secretário de Segurança do governo estadual está fazendo de tudo para apresentar à opinião pública um "bode expiatório". Tenta justificar o assassinato por motivos pessoais e não políticos, de conflitos pela posse da terra, para evitar chegar aos verdadeiros mandantes e assassinos: os grandes usineiros e fazendeiros da região que viam em Margarida uma pessoa que lhes criava problemas.



A líder sindical morta em agosto

O governo chegou a afirmar que achara os culpados: os ciganos José Nicolau Alves, Roberto Cavalcante e Feliz Vicente. Mas estes, já demonstrando sinais de loucura de tanto que apanharam na Delegacia,

afirmam que são inocentes. Na apresentação dos ciganos à imprensa, eles estavam cercados pelo delegado oficial e por um policial portando metralhadora, evidenciando que eram intimidados para que não falassem coisas além do permitido. Apesar da farsa

eles voltaram a insistir que são inocentes.

A outra tática do governo, da polícia e dos usineiros para evitar o esclarecimento do assassinato é a pressão sobre as pessoas que exigem a punição dos culpados. Em cartas anônimas elas são ameaçadas de morte. Até o viúvo da líder sindical, Sr. Cassimiro, recebeu a ameaça, mas não se intimidou, declarando que agora é ele quem vai entrar na luta pela punição "já que a polícia não fez". Também foi formado o Comitê Margarida Maria para pressionar o governo a esclarecer de vez o assassinato e prender os culpados. Encerrelado, o governo não sabe mais o que fazer. Comenta-se que o próprio secretário de Segurança chegou a pedir demissão. A apuração da morte levaria ao banco de réus pessoas ligadas ao governo do PDS e é isso que ele tenta evitar. (da sucursal)



O jipe incendiado, vítima da fúria da população revoltada

Revolta do povo nas ruas de Aracaju

A população de Aracaju revoltou-se contra as medidas do prefeito biônico Heráclito Rollemberg, que tentava impedir a circulação dos táxi-lotação. Na tarde do dia 18, um guarda do Corpo de Bombeiros baleou o motorista de táxi José Clei. Isto foi o estopim para que cerca de mil pessoas desfilassem uma viatura da PM. No dia seguinte o governador aceitou as reivindicações dos taxistas.

Há cerca de dois anos foi criada em Aracaju o sistema táxi-lotação para enfrentar os altos preços das passagens de ônibus. As duas únicas empresas de transporte coletivo da capital sergipana não aceitaram esta concorrência e a partir deste ano a prefeitura começou a fazer uma enérgica repressão contra os taxistas que faziam lotação. Esta atitude do prefeito causou revolta entre os taxistas e os usuários dos táxi-lotação, geralmente moradores da periferia de Aracaju.



José Clei, o motorista de táxi baleado

O quebra-quebra do dia 18 teve início por volta das 16 horas, na praça Goldofredo Diniz, onde existe um ponto de lotação. Um guarda do Corpo de Bombeiros multou o taxista José Clei dos Santos Sobral, alegando que ele estava com excesso de passageiros. O taxista saiu do carro e recebeu um tiro no ombro esquerdo disparado pelo guarda.

"comida aos filhos". E agora que arrumei um táxi para defender minha sobrevivência, vem o prefeito e tenta de qualquer jeito matar nossos filhos de fome".

Povo vaia a PM e pede justiça

O taxista John Wayne, que presenciou toda a cena, afirmou que "a turma ficou revoltada e partiu para esmagar o guardinha. Mas ele com medo fugiu". Clei, mesmo ferido, pegou seu carro e tentou se deslocar até o pronto socorro, mas no caminho se chocou com um carro da ITU — Inspeção de Transporte Urbano. Os quatro guardas que estavam no veículo tentaram agredir o taxista, que já estava sem forças. Mas os populares revoltados com aquilo viraram o jipe e botaram fogo. Os policiais fugiram em disparada sob as vaias do povo.

O aparato repressivo logo chegou, mas temendo uma resposta mais enérgica da população não agiu com violência. Quando o Corpo de Bombeiros chegou ao local recebeu uma vaia da multidão de mais de mil pessoas. Em coro os populares gritavam "Queremos lotação" e "Abaixo os ônibus". Em meio à agitação um senhor saltou e gritou: "Queremos justiça". O centro de Aracaju parecia uma praça de guerra, porque todos os comerciantes pararam suas atividades para presenciar as cenas de coragem do povo.

O taxista baleado José Clei, pai de três crianças menores e com o aluguel da casa atrasado três meses disse à Tribuna Operária: "Com sangue ou sem sangue, com vida ou morte, continuarei fazendo o táxi-lotação, porque diante da crise que vive o país, torna-se impossível conseguir emprego". E ele acrescenta que o táxi é seu único meio de sobrevivência. Seu colega John Wayne aproveitou a oportunidade para desabafo: "Estou desempregado há oito meses, sem arrumar nada para dar

Os usuários também culpam as autoridades municipais pela revolta popular. A escriturária Isaura Xavier afirma que "a culpa é do próprio prefeito, que tenta reprimir a vontade da população e tirar os bocados da boca dos filhos dos taxistas". Um outro usuário do táxi-lotação diz que "isso foi apenas o início e mais luta virá pela frente". O electricista Wilson de Jesus garantiu que se estivesse lá na hora, jogava fogo também.

Taxistas obtêm vitória na luta

O prefeito não perdeu tempo e logo mostrou suas posições anti-democráticas e autoritárias. Solto notas nas primeiras páginas dos jornais e nos rádios e TVs, ameaçando os taxistas que continuassem fazendo lotações perderiam as concessões. Só na imprensa local o prefeito gastou mais de Cr\$ 10 milhões em matérias pagas para combater o que ele chamou de "rebeldia de poucos". No mesmo dia o Secretário de Segurança, Luis Bispo e o comandante da Polícia Militar, Coronel Barreto Mota, se reuniram com Heráclito Rollemberg para coordenar a operação de guerra contra os taxistas e a população que os apóia.

Mas este aparato repressivo não diminuiu o ânimo dos taxistas e da população. Na manhã do dia 19, cerca de 300 taxistas saíram em passeata a pé até o Palácio do Governo. Conseguiram marcar uma audiência com o governador João Alves Filho, que aceitou três das quatro reivindicações dos manifestantes. Foi reconhecida a situação dos táxi-lotação, foi suspensa a repressão contra eles e criada uma comissão para regular o táxi-lotação. O governador não aceitou a última reivindicação que era a demissão do prefeito e do secretário dos Transportes. (da sucursal)

Milico patrão explora operários da Taurus

A Taurus, é uma empresa de armas que não está em crise. Como todas do setor de armamentos. Recentemente assinou um contrato com a Libia de 40 bilhões de cruzeiros. Mas os trabalhadores recebem os piores salários da Zona Sul e ainda mantêm quatro turnos, além da enorme rotatividade. Recentemente a Taurus contratou vários operários profissionais com salários menores que os de ajudante geral.

A empresa ainda inventou um tal de aumento proporcional que é um absurdo. Faz promessas e ilude os operários com o tal prêmio de produção, que é responsável pelo aumento considerável dos acidentes de trabalho. O peão é forçado a trabalhar num ritmo muito acima do normal para ter os vencimentos completados e aí acabam ocorrendo os acidentes.

Vejam o absurdo que é. O operário é registrado em carteira com salário de Cr\$ 257,00 por hora e no hollerit sempre recebe o equivalente a Cr\$ 241,00 reduzindo desta forma os salários e tendo aumentada a produtividade.

Nessa empresa as condições de trabalho são péssimas. A CIPA de nada vale, pois nela os representantes dos operários nunca conseguiram ser eleitos. Só os apadrinhados e chefetes é que fazem parte, calando-se diante das ameaças às nossas vidas.

Nos últimos dois anos um operário da Taurus afirmou ter presenciado seis acidentes graves com perda de dedos, olhos e ultimamente um companheiro, conhecido pelo nome de *Biro-Biro*, perdeu quatro dedos da mão esquerda na serra circular.

O chefe da segurança, um estúpido policial de

nome Jorge, do CPOR, que só pensa em perseguir o trabalhador, principalmente os que vão ao Sindicato, mandou fazer uma relação com o nome dos operários que eram sócios do Sindicato e passou a pressionar individualmente um por um. Nesse trabalho sujo contra a classe ele é acompanhado pelo *Sapo Boi*, o sr. Roberto Carlos, chefe do RI e pelo *Pipoca*, gerente de produção. Devemos ainda denunciar de público vários ex-militares dedo-duros, como o sub-gerente Paulo *Fuscão Preto*, o Amaro da montagem, além de dedo-duros como o *Mala Véia*, o *Zé do Saco* e outros safados traidores da classe.

Já houve casos de mandarem operários para o DOPS para serem torturados, acusados de roubar armas. Certa oportunidade começaram a surrar um colega logo na porta da fábrica.

Na greve do dia 21 de julho houve 40% de adesão à greve e a Taurus soltou vários comunicados agradecendo a colaboração dos seus funcionários por não terem aderido à greve. Os que não vieram trabalhar estão numa lista negra e muitos, como nós, foram sumariamente demitidos. Para a chefia e encarregados foi dado um churrasco como prêmio, com garçon servindo tudo. Isso é um desrespeito aos trabalhadores e eles se aproveitaram da crise para levar muitos companheiros ao desespero de ter que agüentar isso calados sob pena de ver os filhos passando fome.

Pouco tempo atrás a Taurus presenteou o governador gaúcho do PDS, Jair Soares, com pistolas de ouro. Todos os generais e milicos que visitam a fábrica são presenteados com armas.

Diante dessas coisas só temos uma alternativa: organizar uma comissão de fábrica que organize, unifique e esclareça o conjunto dos operários, preparando uma grande luta em defesa dos nossos direitos. Pressionar os que se dizem lideranças dos metalúrgicos e exigir que eles assumam a luta. Deixar claro para todos os operários que os problemas que enfrentamos não são só nossos e que nossa luta não pode ser isolada e nem contra um só inimigo, mas sim de todos os trabalhadores contra o governo, o FMI. E lutar por amplas liberdades nesse país, com direito de greve, autonomia sindical, etc. (funcionários e ex-funcionários da Taurus - São Paulo, SP).



Hospital Cruz Azul suga o sangue dos funcionários

O Hospital Cruz Azul vem há tempos com um método que preocupa bastante, principalmente à categoria dos Auxiliares e Atendentes de Enfermagem. Eles admitem o funcionário após testes teóricos e práticos (que não é pago o meio período) como na maioria dos hospitais e expõe este funcionário a um período de 90 dias no mais rígido regulamento. Tudo é observado: trabalho, uniforme, relacionamento com o colega, com a supervisão, com o paciente, tenentes, coronéis, etc.

Com um mês de casa a pessoa é pressionada por todos os lados. Ao menor deslize (que na maioria dos casos nem há), este funcionário é simplesmente demitido ao término da experiência. E se por acaso nada houver neste período, ao fim de 90 dias é reprovado com a desculpa salarial. Dizem que a partir do últi-



mo dia de experiência o salário será reduzido em 20%. Se ainda este funcionário desesperado aceitar, dizem que a empresa não poderá rebaixar o sa-

lário e que infelizmente terá que demitir o funcionário.

Pensam que por ser um hospital da Polícia Militar têm o direito de

brincar com as necessidades de cidadãos honestos com muita vontade de trabalhar. (uma amiga da *Tribuna Operária* - São Paulo, SP).

Posseiros de Cachoeirinha conquistaram terra

Há 17 anos os conflitos por terra na região de Cachoeirinha se iniciaram, quando latifundiários expulsaram centenas de posseiros de suas terras com o auxílio de jagunços e policiais. Desde então foram efetuadas várias tentativas para rever as posses, com os posseiros permanecendo bravamente às beiras das cercas que limitam as grandes fazendas. Mortes por assassinatos, fome e subnutrição eram constantes durante os anos de resistência.

Há dias passados outra

tentativa ocorreu e a resposta foi a mesma: violência e arbítrio. Desta vez porém, os posseiros reagiram de maneira diferente. Decididos que estavam de reaver suas terras "na lei ou na marra" cerca de 50 posseiros se dirigiram para o Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, no intuito de exigir do governador mineiro uma solução para o problema. E finalmente no dia 6 de outubro, entre lágrimas e gritos de emoção todos comemoraram a vitória. Tancredo Neves assinou

decreto desapropriando uma área de 13 mil hectares de terra, abrangendo 16 fazendas, entre as quais está a do odiado coronel Jorgino Jorge.

Os posseiros reconhecem que a luta ainda não terminou e que a consolidação da vitória só será possível com mais união e coragem. Porém agora a disposição de luta é ainda maior. A Faemg e Sindicatos Rurais do Estado estão tentando fazer o governador voltar atrás sob o argumento de que o decreto é anti-jurídico. Afrânio Sil-

va, coordenador sindical da Secretaria do Trabalho do Estado — que acompanha a vários anos este problema quando era advogado dos Sindicatos de trabalhadores rurais do norte de Minas — estranhou a falta de apoio dos partidos políticos de oposição, com exceção do PMDB. E também da ausência representantes mineiros da CUT, pois segundo sua avaliação, esta foi a maior vitória do movimento sindical nos últimos anos. (do correspondente em Montes Claros, Minas Gerais)



Sindicalista é ameaçado de morte em Itapipoca

Eliodoro Gonçalves de Souza, delegado sindical na localidade de Mocambo, no município de Itapipoca, a 150 kms de Fortaleza, está sendo ameaçado de morte pelo latifundiário José Ronaldo. No mês de março passado José Ronaldo jogou várias reses nas roças dos lavradores, comendo as suas plantações. Por diversas vezes os trabalhadores foram ao latifundiário pedir para retirar o gado de suas lavouras. Nada conseguindo, resolveram então matar um garrote como aviso de que a pa-

ciência deles estava se esgotando.

A questão está na justiça, com o latifundiário exigindo o absurdo valor de Cr\$ 600 mil e um garrote e os trabalhadores Cr\$ 1.200 mil pelo estrago feito pelo gado durante meses nas suas lavouras. Eliodoro está sendo ameaçado de morte pelo prepotente latifundiário, pelo fato de, como membro da Comissão de vitória nomeado pelo sindicato dos trabalhadores, ter dado razão aos lavradores.

Também tem causado estranheza na cidade o fato do

advogado Chagas Vasconcelos, eleito deputado federal pelo PMDB, em vez de defender os trabalhadores, como falava na época da campanha eleitoral, estar defendendo perante a justiça o odiado latifundiário.

Está marcada uma audiência para o dia 27 de outubro e a disposição dos trabalhadores é de não trabalharem nesse dia e realizarem uma manifestação na cidade contra a prepotência dos latifundiários e pela conquista de seus direitos. (um leitor da *TO* de Itapipoca, Ceará).

Neste número destacamos a carta enviada pelos trabalhadores da fábrica de armas Taurus, em São Paulo, onde denunciam a superexploração de que são vítimas. Além da falta de segurança os operários são vigiados por ex-militares dedo-duros como se fosse um campo de concentração. Enquanto os patrões doam pistolas de ouro a governador do PDS e a milicos, os empregados que participaram da greve do dia 21 de julho contra o arrocho salarial foram sumariamente demitidos. Mas os operários também tiram lições destas arbitrariedades mostrando que a sua luta não pode ser isolada. Sabem que todos os trabalhadores devem se unir para lutar contra o causador de toda esta situação, o governo federal, em busca de liberdade em nosso país.



fala o POVO

A Formluz quer aplicar golpe nos operários

A Formluz, fábrica de lustres cujo dono chama-se Manoel, fica na Vila Olímpia e é um antro de exploração. Lá não tem refeitório, somos obrigados a almoçar no meio da graxa e chegou um minuto atrasado simplesmente não entra.

Este indivíduo abriu uma outra empresa em Diadema com a intenção de aplicar um golpe nos operários pedindo a falência da Formluz, sendo que a firma de Diadema chama-se Formluz e está funcionando juridicamente desde maio de 1983.

Os banheiros e os vestiários estão em péssimas condições e quando é visitado por um fiscal este é subornado com altas somas.

Qualquer senhora que engravidar trabalhando nesta empresa é despedida por justa causa. Não se deposita o Fundo de Garantia; não se paga o INPS; não se deposita o PIS; não se paga as férias. Não se registra carteira profissional no prazo determinado por lei, somente fazendo após explorar o funcionário entre dois e seis meses; e atrasa o pagamento.

Diante deste quadro, vemos que para o patrão ladrão não há polícia, mas para o trabalhador que reclama seus direitos sim.

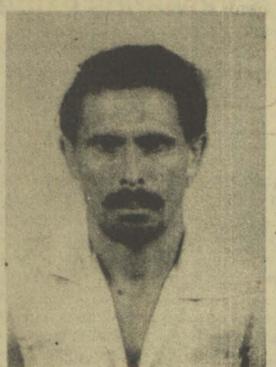
A única saída para acabar com esta situação é a derrubada do regime que favorece a tudo isso. (ex-operários da Formluz - São Paulo, SP).

Funcionário perde emprego no Piauí por ser do PMDB

Estou escrevendo à *Tribuna Operária* para fazer um resumo do que está ocorrendo comigo aqui em Monsenhor Gil. Desde o ano passado que eu venho sofrendo perseguições dos políticos do PDS. O principal perseguidor é o ex-candidato derrotado na última eleição, o sr. João Antonio do Vale Batista, que é meu compadre de filho.

Eu era funcionário da Agespisa, mas por que eu estava fazendo campanha para o PMDB me prometeram até uma pisa. Mas não desisti e o meu candidato foi o grande vencedor. Só que depois que eles perderam, as perseguições aumentaram. Fui demitido da empresa sem motivo. O único motivo é que sou torcedor do PMDB.

Mas não ficou só aí. Agora no mês de julho para agosto passei 50 dias fazendo teste na Sepisa para trabalhar aqui na minha cidade. Mas quando eu



José Garcia, demitido sem motivo

já tinha recebido todas as matérias para trabalho, o sr. João Antonio já tinha ido por trás e tinha cancelado tudo. E a resposta que recebi é que eu não trabalho em nenhuma repartição que pertença ao Estado.

(José Garcia Dias da Silva - Monsenhor Gil, Piauí).

Vereador progressista é censurado pela imprensa

Tenho lido constantemente a *Tribuna Operária* e divulgado o mais que posso aqui em Muriaé. É sem dúvida o jornal que defende os interesses dos trabalhadores que vêm lutando desesperadamente pela sua sobrevivência, num país rico onde o povo vive na mais extrema miséria.

Na medida do possível tenho dado a minha parcela de contribuição a esta gente sofredora principalmente na imprensa, quando os meus artigos não são barrados pela censura daqueles que não têm

coragem de exercer o jornalismo livre e democraticamente, respeitando a filosofia "A imprensa é a vista da nação e uma nação cega é uma nação que se perdeu". Agora acabo de compilar mais um artigo intitulado "O Brasil sobre areias movediças" e os jornais daqui se recusaram a publicar com medo do governo e das multinacionais que mantêm suas propagandas neles dominando assim a falsa imprensa do interior. (Newton Frade, secretário geral da Câmara Municipal de Muriaé, Minas Gerais).

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Atenção ao que está em mudança

Já não resta dúvida que o governo Figueiredo está com seus dias contados. Mas ao abordar a questão prática de como enterrar este defunto político, surge entre os trabalhadores a pergunta: eleições diretas para a presidência da República ou de imediato um governo provisório?

OBJETIVOS E MEIOS

Esta dúvida reflete ainda uma certa confusão entre os objetivos da luta e os meios para realizá-los. A política do proletariado nesta etapa visa conquistar um governo popular revolucionário que, através de uma democracia popular, abra o caminho para o socialismo. Mas para realizar este projeto o povo tem hoje pela frente o regime militar. Para que as amplas massas possam discutir e se organizar, e cumprir até o fim seus planos revolucionários, o objetivo imediato é liquidar o regime militar e conquistar a mais ampla liberdade política.

A luta por eleições diretas para a presidência da República pode ser uma forma concreta de dismantlar os propósitos continuistas dos generais, impedir a nomeação de um novo ditador a partir de 1985 através do Colégio Eleitoral ilegítimo, e apressar o fim do regime. É uma bandeira justa, que serve como meio para acumular forças no campo democrático, pois goza da simpatia da imensa maioria dos brasileiros. E contribui para isolar mais ainda os inimigos da liberdade. Mas não pode se transformar em um objetivo em si mesmo.

MUDANÇA PARTICULAR

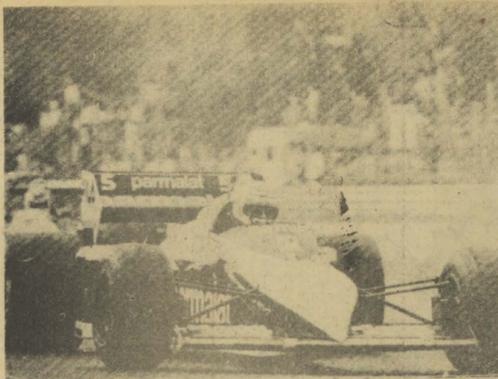
Nos dias em que vivemos, acelera-se o dismantelamento do poder estabelecido, abalado por crise sobre crise. O sistema de poder montado nestes quase 20 anos de arbítrio entra em colapso evidente. Os governantes já não conseguem manter a unidade em suas fileiras. Inclui-se os setores mais empedernidos da direita articulando-se para possíveis "soluções de emergência". O povo não suporta mais as condições de miséria em que se encontra e que a cada dia se agravam ainda mais. Os democratas e patriotas elevam a voz inconformados com o arbítrio e com a traição à pátria. O governo já não tem condições de governar como vinha fazendo. Um incidente qualquer pode conduzir a uma crise de poder e provocar um desfecho rápido da tempestade política.

Nesta situação, seria cegueira política aferrar-se unicamente à campanha eleitoral para buscar a saída democrática. Principalmente ao se considerar que as instituições burguesas — as eleições inclusive — não foram feitas na verdade para garantir a liberdade mas para assegurar o poder das classes dominantes contra o povo. Se em certas circunstâncias é correto aproveitar-se destas vias para ajudar a incorporar as massas na batalha política, isto não pode obscurecer o fato de que o objetivo é por fim ao regime e não as eleições por si mesmas.

O proletariado, diz Lênin tem que "saber perceber, encontrar, determinar com exatidão o rumo concreto ou a modificação particular dos acontecimentos suscetíveis de levar a uma luta revolucionária".

INTERVENÇÃO POPULAR

Não se trata portanto de opor eleição direta ou governo provisório. A campanha por eleições debilita o regime militar. Mas o rápido acirramento da luta política pode levar em curto prazo a uma situação de ruptura e colocar na ordem do dia, de imediato, a necessidade de um governo provisório pela absoluta falência do governo Figueiredo. Nesta conjuntura, é mais do que urgente a intervenção firme do movimento popular em união com todas as forças democráticas e patrióticas para formar um novo governo e conquistar a liberdade.



Em meio aos anúncios de sua máquina, o brasileiro Piquet

Piquet, ídolo do "esporte" capitalista

Nelson Piquet, pela segunda vez, venceu o Campeonato Mundial de Pilotos de Fórmula 1. O título foi decidido na última prova, na África do Sul, e Piquet repetiu o campeonato de 1981, quando recebeu o título de Carlos Reutman, também no último Grande Prêmio do calendário.

O piloto brasileiro tinha dois pontos a menos que o francês Alan Prost. Piquet acabou em terceiro, marcando três pontos, e Prost abandonou a corrida antes do final, deixando escapar aquele que seria o primeiro título de Fórmula 1 para um piloto francês.

A imprensa esportiva brasileira rasgou sedas e manchetes de saudação ao "bi-campeão" de automobilismo. Não satisfeita, deu mais corda à empolgação e comemorou pela segunda vez o bi-campeonato — o primeiro ganho por Emerson Fittipaldi em 1972 e 1974.

Na verdade, um como outro ainda não são bi-campeões. Ainda, porque Emerson deve voltar ao "circuito" no ano que vem, correndo pela Alfa Romeo. Não são bi-campeões da mesma forma que Jackie Stewart, vencedor em 1969, 71 e 73; nunca foi chamado de tri-campeão e Graham Hill, ganhador em 1962 e 68, encerrou a mais longa carreira da Fórmula 1 sem a glória do bi-campeonato.

A designação "bi, tri, tetra" etc., sempre foi usada no esporte para os casos de vitórias sucessivas. Essa prática mudou a partir de 1970, quando ganhamos a Copa de Futebol pela terceira vez, e a grandiloquência retórica da propaganda do "milagre" inventou a mentira.

Nelson Piquet, o nosso festejado campeão, impera no exemplo mais acabado de esporte capitalista, comercial e elitista. Em suas declarações após a conquista do título, o piloto, menos azedo e mal-educado do que o

habitual, dividiu o sucesso com os mecânicos, técnicos e dirigentes da escuderia que defende, a Brabham. Não conseguiu, com esse comovimento derrame de lugares-comuns, esconder o assanhamento dos reais vencedores. A BMW, que prepara os motores de seu bólido; a Michelin, que lhe fornece os pneus; a Parmalat, sua principal patrocinadora, e outras marcas menores.

Quem já assistiu, de dentro de um autódromo, ao menos por curiosidade, já que o espetáculo é sem graça e fatigante, percebeu como é comercial esse enorme e super-animado autorama que alguns chamam de esporte. Tabuletas, adesivos, placas, cartazes e etiquetas publicitárias se confundem ao longo da pista, na carenagem dos carros, na roupa dos pilotos, nos cabelos das garotas propagandistas, numa turbulência propagandística somente comparável, no volume de mensagens, a uma boca de urna.

O Brasil, como sempre, levará uma delegação pequena e ganhará poucas medalhas nas Olimpíadas de Los Angeles, em 1984. Mas na Fórmula 1, no mesmo ano, três pilotos brasileiros formarão sempre no primeiro pelotão: Piquet, Fittipaldi e Ayrton Senna, virtual campeão da Fórmula 3 inglesa e grande promessa para o circo da Fórmula

Mais irônico, somente o grito de guerra dos locutores de TV a cada bandeira de vitória recebida por Piquet: "esporte é vida!", "esporte é saúde!", "esporte é cultura!"... (J. Madureira)

Um filme albanês estreia no Brasil

No próximo dia 25, pela primeira vez, o público brasileiro terá a oportunidade de assistir a um filme albanês — "Quando rodávamos um filme", um longa-metragem colorido de ficção, produzido em 1981 e detentor do segundo prêmio do Festival Internacional de Salerno — 1983. Será exibido na 7ª Mostra Internacional de Cinema, organizada pelo Museu de Arte de São Paulo (MASP).

A exibição é esperada com curiosidade. Os cinéfilos interessam-se em conhecer uma amostra da produção cinematográfica albanesa, ainda inédita no Brasil. É um público considerável deverá comparecer ao MASP (as exibições serão às 14 e às 19:30 horas, na Av. Paulista, 1.578) atraído pela oportunidade de ter um contato mais direto com o socialismo albanês.

O roteiro de "Quando rodávamos um filme" situa-se precisamente na Albânia de hoje. Um jovem casal, com um filho que é artista-mirim, vive problemas conjugais e caminha para o divórcio. O marido, um trabalhador simples, sente-se incomodado com os êxitos da mulher na profissão e com seu jeito atirado de viver a vida. O menino sofre. A história toda gira em torno de como a sociedade albanesa encara e trata a questão.

EM 1944, DOIS CINEMAS

A película que será exibida no MASP é bastante representativa da safra mais moderna do cinema albanês. Com seu primeiro filme, um documentário de curta metragem, surgido somente em 1947, a Albânia ingressou tardiamente na era da produção cinematográfica. E mesmo as casas de exibição eram apenas duas quando o país se libertou da ocupação nazi-fascista, em novembro de 1944. Assim, em 1951, quando foi fundado o Estúdio Cinematográfico Nova Albânia, de propriedade do Estado socialista, praticamente tudo estava por fazer.

Foi com considerável rapidez que se superou este atraso, criando uma produção cinematográfica surpreendentemente amadurecida, com um despojamento que lembra às vezes o nosso Cinema Novo, mas bem cuidada e criativa. O



Cena de "Quando rodávamos um filme", o divórcio à albanesa

país produz 14 longa-metragens por ano, o que não é pouco, para uma população de 3 milhões de habitantes. Apenas o obscurantismo militar-fascista reinante até bem pouco no Brasil explica que nada disso tenha chegado aqui.

A ATUALIDADE EM FOCO

Nos anos 80, o cinema albanês tem passado por algumas transformações dignas de registro, e é precisamente neste sentido que "Quando rodávamos um filme" é mais representativo. Passou a dar mais ênfase ao enfoque dos temas de atualidade, dos problemas candentes da construção do socialismo albanês hoje.

Na fase anterior essa temática também era abordada, mas a primazia provavelmente ficava para os filmes sobre a guerra antifascista de libertação nacional. Essa epopéia, sem precedente na atribulada e antiquíssima história do povo albanês, marcou profundamente a consciência nacional. Aquele pequeno país, com um milhão de habitantes na época, formou um exército de 70 mil guerrilheiros, enfrentou e venceu sucessivamente as tropas muito mais numerosas dos invasores italianos e alemães e inaugurou finalmente, com a libertação, uma página inteiramente nova em sua vida. É compreensível que esta matéria-prima riquíssima tenha sido fartamente aproveitada, como continua a ser, pelos escritores e artistas em geral e pelos cineastas em particular.

Assim, no Festival do Cinema Albanês deste ano, de 25 películas exibidas 15 tratam de temas atuais. O filme ven-

cedor, "Um bom homem", por exemplo, relata o caso de um jovem técnico agrícola, perseguido pelas intrigas do noivo de sua irmã. Já "O nosso companheiro Til" põe no banco dos réus os caducos conceitos da velha pedagogia, às voltas com um estudante secundarista que não liga muito para os livros mas é o "maior" no futebol e na música. "O ar quente das profundezas" fala da vida dos trabalhadores de uma nova mina.

O festival exibiu, além dos longa-metragens, seis desenhos animados.

UM MAÇO DE CIGARROS

Com esta nova ênfase, o cinema albanês passa a tocar mais de perto o seu público. "Nós vivemos a realidade socialista — argumenta num artigo recente Dritero Agolli, presidente da Liga dos Escritores e Artistas — e, quando esta se reflete na arte, sentimentos imediatamente tanto a beleza quanto a debilidade de uma obra". É, portanto, um desafio. Mas um desafio que termina trazendo resultados benéficos, inclusive para o público brasileiro, interessado acima de tudo em conhecer mais de perto como é afinal o socialismo albanês.

Vale dizer ainda que as casas de exibição agora estão espalhadas por todo o país, inclusive nas cooperativas agrícolas das mais remotas zonas montanhosas. Não há meia-entrada na Albânia, mas em compensação uma entrada de cinema custa menos que um maço de cigarros, o mesmo valendo para o teatro, a ópera e balé.

Um festival de folclore que mexe com a Albânia

Este mês a Albânia exibiu um espetáculo musical como existem poucos no mundo: num castelo medieval, na região mais alta de uma cidade histórica, realizou-se a fase final do Festival Folclórico de Gjirokastra, com a participação de cerca de um quinto da população do país. Na Albânia socialista, um em cinco habitantes integra os grupos folclóricos criados por empresa, escola, aldeia, etc.

Nesta fase final do Festival tomaram parte cerca de 1.700 artistas populares. O evento, que realiza-se de cinco em cinco anos, é uma verdadeira festa nacional de sons e cores e virtualmente monopolizou as

atenções da cidade de Gjirokastra, além de ser transmitido pela televisão a todo o país.

Durante três dias a Albânia apresentou ali o melhor de sua música popular. Embora seja um país pequeno, é impressionante a riqueza e sobretudo a variedade dessa produção. Cada região, cada micro-região, cada aldeia às vezes possui a sua maneira específica de cantar e dançar. No norte do país predomina um tipo de menestrel que faz lembrar os cantadores nordestinos mas faz-se acompanhar pela *ciftelia*, um estranho violino de uma só corda. O sul é a terra das "canções polifônicas", a várias vozes, sem acompanhamento musical, velhas de vá-

rios milênios e possivelmente aparentadas com os coros do teatro grego clássico. Os artistas se apresentam vestidos a caráter, com trajes populares de uma variedade igualmente atordoadora.

FORA DOS MUSEUS

Na Albânia vigora uma compreensão original sobre o folclore e como tratá-lo. Ali, folclore não é sinônimo de coisa velha, a ser encerrada nos museus e pesquisada por especialistas, antes que desapareça tragado pelo "progresso". Pelo contrário, a produção artística espontânea do povo jorra com uma vitalidade nunca vista. Os meios modernos de comunicação, desde o rádio transistor até a televisão a cores, em vez de concorrer com o folclore até matá-lo abrem amplo espaço para ele. A arte popular profissional, ou "cultivada" como dizem os albaneses, mesmo sem confundir-se com a arte folclórica valoriza-o e bebe de suas fontes. E o Estado socialista busca criar toda facilidade para que esta pujança vá sempre mais adiante — por exemplo reduzindo a jornada de trabalho para facilitar os ensaios dos artistas amadores nas empresas.

O resultado é uma produção abundantíssima, com raízes nacionais e populares muito sólidas e ao mesmo tempo com um conteúdo que marcha passo a passo com a construção da nova sociedade. O Festival de Gjirokastra, acompanhado com interesse por folcloristas de diversos países, foi uma amostra dessa vitalidade.

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36.7531 (DDD 011). Telex: 01132133 TLOPBR.

Jornalista responsável: Pedro de Oliveira

Conselho de Direção: Bernardo Joffily, Olívia Rangel, Rogério Lustosa

Sucursais:
ACRE — Rio Branco: Rua Belém, 91, Estação Experimental Rio Branco — CEP 69900. **AMAZONAS** — Manaus: Rua Simon Bolívar, 231 — A (Pça. da Saudade) — Caixa Postal 1439 — CEP 69000. **PARÁ** — Belém: Rua Aristides Lobo, 620 - Centro - CEP 66000. **MARANHÃO** — São Luiz: Rua do Machado, 174 - Centro - CEP 65000. **PIAUI** — Teresina: Rua Eliseu Martins, 1130, 1º andar - CEP 64000. **CEARÁ** — Fortaleza: Rua do Rosário, 313, sala 206 - CEP 60000. **Sobral**: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100. **RIO GRANDE DO NORTE** — Natal: Rua Fonseca e Silva, 1098, sala 202, Alecrim - CEP 59000. **PARAIBA** — João Pessoa: Rua Padre Meira, 30, sala 108 - CEP 58000. **Campina Grande**: Rua Venâncio Neiva, 318, 1º andar - CEP 58100. **PERNAMBUCO** — Recife: Rua Sossego, 221 - Boa Vista - CEP 50000. **Cabo**: Rua Vigário Batista, 239 - CEP 54500. **Garanhuns**: Rua 13 de Maio, 85, 1º andar, sala 3 - CEP 55300. **ALAGOAS** — Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183, Centro - CEP 57000. **ARAÇUAIA**: Praça Marquês da Silva, Ed. Arthur F. Neto, apto. 312 - CEP 57000. **SERGIPE** — Aracaju: Rua João Pessoa, 299, sl. 28 - CEP 49000. **BAHIA** - Salvador: Rua Sen. Costa Pinto, 845, Centro - CEP 40000. **Feira de Santana**: Av. Getúlio Vargas, 260, sala 101 - CEP 44100. **Camaçari**: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. **Itabuna**: Av. Juracy Magalhães, 180, sala 204 - CEP 45600. **MINAS GERAIS** — Belo Horizonte: Av. Amazonas, 491, sala 817. Fone: 224.7605 - CEP 30000. **Juiz de Fora**: Galeria Constança Valadares, 3º andar, sala 411 - CEP 36100. **GOIÁS** — Goiânia: Rua 27, nº 69, Centro - CEP 74000. **DISTRITO FEDERAL** — Brasília: Edifício Venâncio IV - sala 312 - CEP 70302. **MATO GROSSO** — Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548. Fone: 321.5095. CEP 78000. **MATO GROSSO DO SUL** — Campo Grande: Rua Antonio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100. **ESPIRITO SANTO** — Vitória: Av. Vitória, 961 - Forte São João - CEP 29000. **RIO DE JANEIRO** — Rio de Janeiro: Rua São José, 90, sala 2208 - CEP 20000. **Rio de Janeiro**: Rua Carvalho de Souza, 155, loja F. Madureira - CEP 20000. **Niterói**: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 807 - CEP 24000. **Duque de Caxias**: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. **Nova Iguaçu**: Rua Otávio Tarquínio, 74, sala 605 - CEP 26000. **SÃO PAULO** — São Bernardo do Campo: Rua Tenente Sales, 229, sala 32 - CEP 09700. **São Caetano do Sul**: Rua Sta. Catarina, 39, sala 303 - CEP 09500. **Campinas**: Rua Regente Feijó, 592 - CEP 13100. **Marília**: Rua Dom Pedro, 180, 1º andar - CEP 17500. **Piracicaba**: Rua Gov. Pedro de Toledo, 1367 - CEP 13400. **Ribeirão Preto**: Rua Sergipe, 119 - CEP 14100. **Santos**: Av. D. Pedro II, nº 7 - CEP 11100. **São José dos Campos**: Rua Sebastião Hummel, 185, sala 7 - CEP 12200. **Taubaté**: Rua Souza Alves, 632, sala 5 - CEP 12100. **PARANÁ** — Curitiba: Rua Martin Afonso, 370 - CEP 87000. **Londrina**: Rua Sergipe, 891, salas 7 e 8 - CEP 86100. **RIO GRANDE DO SUL** — Porto Alegre: Rua General Câmara, 52, sala 29 - CEP 90000. **Caxias do Sul**: Rua Dr. Montauray, 658, 1º andar, sala 15 - CEP 95100. **Pelotas**: Rua Andrade Neves, 1589, sala 403 - CEP 96100. **A TRIBUNA OPERÁRIA** é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composta e impressa por Proposta Editorial, Rua Heitor Penteado, 236, loja 8, Tel.: 263.7400 - São Paulo - SP.



A Editora Anita Garibaldi acaba de lançar o livro "O Eurocomunismo é Anticomunismo", do principal dirigente do Partido do Trabalho da Albânia, Enver Hoxha. Ao preço de Cr\$ 1.500,00 o livro pode ser encontrado nas livrarias ou solicitado à Editora (Rua Major Que-dinho, 300, sala 3, CEP 01050, com envio de cheque nominal).

A vasta obra teórica de Enver Hoxha em defesa do socialismo científico distingue-o como um eminente pensador marxista de nosso tempo. Desde novembro de 1960, quando na tribuna do Kremlin

desmascarou publicamente o revisionismo kruschovista, o líder comunista albanês vem desenvolvendo uma intensa atividade teórica e prática para combater o revisionismo contemporâneo.

Seus escritos dos últimos anos, editados em vários idiomas, têm servido como uma segura bússola para os comunistas e os revolucionários de todo o mundo. Em O Eurocomunismo é Anticomunismo, em linguagem simples e direta, acessível aos trabalhadores, Enver Hoxha desvenda as causas objetivas e subjetivas do surgimento do revisionismo contemporâneo. Discorre com aguçado espírito crítico sobre cada uma das suas variantes, detendo-se em particular na corrente batizada pela burguesia de eurocomunismo. Conhecedor profundo dos processos históricos e das tendências revolucionárias do mundo atual, Enver Hoxha levanta também neste livro importantes questões relacionadas com a teoria e a prática da revolução, segundo os critérios marxistas-leninistas.



Artista popular em um grupo de habitantes participando do Festival Folclórico de Gjirokastra

Trambiques do filho de Figueiredo

O escândalo da falência da Capemi e da venda de madeira de Tucuruí continua a crescer, e envolve diretamente um filho do general Figueiredo, Paulo Renato de Oliveira Figueiredo. Quando a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o caso quis ouvir o filho do general, o governo manobrou e suspendeu-a. Mas a oposição insiste em apurar a verdade.

Há duas semanas, a Justiça do Rio de Janeiro indiciou 13 pessoas



Paulo Figueiredo, no Carnaval, e a madeira de Tucuruí, a preço de banana

diretamente envolvidas no criminoso processo de falência da Capemi: entre elas, Paulo Renato de Oliveira Figueiredo. Ao mesmo tempo o presidente da Câmara dos Deputados, Flávio Marçílio (PDS-CE), arbitrariamente suspendeu por algum tempo as atividades da CPI, para evitar a convocação do filho de Figueiredo para depor sobre o mar de lama da Capemi.

A participação de Paulo Figueiredo nessa negociata foi denunciada na tribuna da Câmara pelo deputado Elquisson Soares (PMDB-BA). O porta-voz da Presidência, Carlos Átila, ainda tentou desmentir o impossível, dizendo que o filho de Figueiredo era apenas acionista da empresa envolvida. Apurou-se, porém, que o sr. Paulo Renato de Oliveira Figueiredo é na verdade um dos dois sócios da Metalquímica Comércio e Representações Limitada (o outro é Ricardo Coury), com um capital de Cr\$ 14.090.000,00, segundo o registro nº 198709 da Junta Comercial do Rio de Janeiro.

A história é tão simples quanto escandalosa. A empresa de Paulo Figueiredo tinha um contrato com a Capemi para comprar parte da madeira retirada de Tucuruí; só que comprava a madeira por 9 mil cruzeiros o metro cúbico, quando o preço de custo era na

verdade de 31 mil cruzeiros o metro cúbico, segundo os próprios levantamentos contábeis da Capemi.

Essa fantástica operação era feita contrariando o departamento jurídico da Capemi. Num parecer datado de 22 de junho de 1982, o advogado daquela empresa, Adeodato Dantas, pedia até a rescisão do contrato com a Metalquímica e outras empresas, pois só o prejuízo com a madeira vendida à Metalquímica subiria a 3 bilhões de cruzeiros (veja abaixo). O total da madeira vendida às empresas, segundo o acordo, daria à Capemi um prejuízo superior a 10 bilhões de cruzeiros.

Mas em vez de ouvir o advogado, a Capemi preferiu demití-lo e manter os contratos irregulares e lesivos que a levaram à falência.

“O governo Figueiredo bate todos os recordes de corrupção da história”

Para o deputado Elquisson Soares, autor das denúncias, esses contratos revelam um forte tráfico de influências. “Uma firmeta com um capital de 24 milhões de cruzeiros, como a Metalquímica, assinava contratos com a Capemi de até 1,6 bilhão de cruzeiros, sem qualquer aval ou garantia bancária, além de ser beneficiada comprando madeira por um preço inferior ao próprio preço de custo. Isso só ocorria porque a empresa era do filho do presidente da República. Esse é um exemplo típico do poder do tráfico de influência do SNI e da Presidência” — afirma o deputado.

A história da Capemi apresenta outras irregularidades flagrantes. O mesmo advogado Adeodato Dantas, em 14 de maio de 1982, informava em memorando ao diretor financeiro da Capemi que o cheque de nº 071499 contra o BNCC, no valor de Cr\$ 33.220.000,00, “até o momento não tem sua vida contábil regularizada, ou seja, não existe documento adequado à comprovação de sua efetiva destinação”. O advogado informava ainda que o cheque, emitido ao portador e entregue ao advogado Chaim Zaloberg, sem nenhum comprovante, teria talvez servido para comprar dólares no câmbio negro.

Irregularidades como essas, envolvendo diretamente o grupo palaciano, são inúmeras na história da Capemi. A CPI que investiga o assunto estava se transformando num poderoso instrumento para apurar essas denúncias, formalizá-las e entregar os culpados à justiça. Por isso ela sofre forte pressão do governo, como ocorre com a CPI da dívida externa (ver TO nº 140) e foi até suspensa pelo deputado Flávio Marçílio.

“O presidente da Câmara dos Deputados não tinha o poder de suspender o funcionamento de uma CPI; só o plenário da Casa poderia fazer isso. Por isso é que foi um ato arbitrário, que arranha a autonomia do Legislativo. A suspensão da CPI e a colocação do processo da Capemi sob segredo de justiça confirmam o velho adágio popular, segundo o qual, no Brasil, só ladrão de galinha é que vai para a cadeia”, ironiza Elquisson Soares.

Elquisson Soares diz não temer pressões nem ameaças. “Tenho dez quilos de documentos comprovando as irregularidades cometidas na Capemi” — afirma. Para ele, o governo não pode mais silenciar sobre as denúncias. “O governo Figueiredo bate hoje todos os recordes de corrupção da nossa história. Quando militares que participaram da revolução de 64 vão à CPI prestar depoimentos que comprometem de maneira irrefutável o ministro Delfim Netto, o governo fica na obrigação de mandar apurar todas essas denúncias, afastar os envolvidos de suas funções e enviar os culpados para a Justiça. Se não fizer isso, estará sendo conivente com a corrupção” — argumenta Soares. (Moacyr de Oliveira Filho, de Brasília).



Trabalhadores de um “bolsão da seca”: “Só paramos a greve quando pagarem o derradeiro salário”

Flagelados vão à greve

Oito mil trabalhadores do município de Morada Nova, Ceará, começaram dia 11 a primeira greve nas frentes de trabalho em toda a história das secas. A direção é do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O motivo, atraso no pagamento de salários. Sob pressão, o governo começou a pagar, mas os grevistas só voltam ao trabalho “quando pagarem o derradeiro”.

No momento em que fechávamos esta edição, a greve de Morada Nova completara seu nono dia. Em Fortaleza, uma reunião de 110 Sindicatos de Trabalhadores Rurais, sob a direção da Fetraece (Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Ceará), na quarta-feira, aprovou um documento hipotecando todo apoio aos grevistas.

Ouvindo pela Tribuna Operária, o presidente da Fetraece, José Eurico de Souza, sublinhou outra decisão tomada: se o governo cumprir sua ameaça e cortar algum grevista do “bolsão da seca”, todos os Sindicatos entram em greve.

Eurico de Sousa argumenta: “Se os professores estão em greve; se os médicos, que ganham mais do que nós, fazem greve, por que nós também não fazemos?” E conclui: “Essa greve é legítima e é o único meio de fazer o governo atender. Por isso a Fetraece dará todo apoio”.

CORUPÇÃO NOS BOLSÕES

A reunião dos sindicalistas rurais enfatizou também quatro reivindicações mais gerais: Em primeiro lugar a reforma agrária, única solução de fundo para o trabalhador do campo. Também a liberação dos trabalhadores das frentes para cultivarem a terra, que nem sempre é sua mas da qual tiram seu sustento. O fornecimento de sementes para plantar. E o fim imediato de qualquer construção de benfeitorias nas grandes fazendas, junto com a desapropriação das benfeitorias já realizadas.

Outro ponto de reclamação intensa são as irregularidades no alistamento, que não faltam, apesar das muitas denúncias dos sindicalistas. Graças a essa fiscalização dos trabalhadores, foram cortadas nos últimos dias as inscrições de 12 mil pessoas inscritas nas frentes em situação irregular — na maioria apadrinhados de políticos, comerciantes, altos funcionários e latifundiários.

O presidente da Fetraece comenta também que a campanha de doativos feita pela Rede Globo não passou de um paliativo e ao terminar deixa a mesma situação de antes. “Eles

Mães de Iguatu em luta

“Tudo começou quando nós não agüentamos mais a precisão e decidimos convidar outras mulheres para invadir a Cobal e buscar alimentos” — conta uma das mulheres de Vila Centenária e Vila Neuma, na cidade cearense de Iguatu, assolada pela seca como todo o Nordeste. Ali o chamado bolsão da seca, ou frente de trabalho, atinge apenas uma pequena parcela e exclui por completo as mulheres e os menores de idade. Mas no último dia 8 as mulheres, não suportando mais a fome que seus filhos estão passando, mobilizaram-se às centenas na luta por emprego e alimentação.

DA PRÓXIMA IRÁ MAIS

“Depois de reunir algumas mulheres a gente resolveu ir primeiro cobrar do prefeito emprego e alimento, imediato” — conta uma das participantes. Outra avalia que “mais de 300 mulheres foram à luta nesta primeira manifestação. Todas estavam dispostas a resistir inclusive à pressão da polícia, se fosse o caso. Eu acho que da próxima irão muito mais”.

O prefeito recebeu as mulheres com uma promessa. “Ele prometeu que ia fazer uma reunião e em seguida nos dá uma resposta” — conta uma delas. Mas agrega que o prefeito “só não precisava era ter chamado a polícia”.

Várias manifestantes logo concordam: “Não precisava a presença da polícia; a gente estava lá, além de ser só mulher, tava lutando por



Por comida para nossa família

comida para nossa família”. Todas repudiam também a detenção do secretário do PMDB local, Tarcísio Barbosa: “O rapaz que foi detido apenas estava apoiando a nossa luta” — contam.

A Vila Centenária é o único bairro de Iguatu que tem Associação de Moradores. Um de seus integrantes explica que “a Associação não desempenhou papel de direção nesta manifestação, mas sendo um instrumento de luta dos moradores deste bairro está de portas abertas à participação dos moradores e apoiará qualquer movimento que seja para melhorar a vida do povo do bairro”. (do correspondente)

Que houve com o Ceará?

Greve nos “bolsões da seca”; sucessivas manifestações e até saques promovidos por mulheres; o que ocorre com o sertão do Ceará?

Durante gerações a fio, as oligarquias daquele pedaço do Brasil construíram um sistema sofisticadíssimo, em certo sentido, para garantir a submissão do valente povo sertanejo. Ainda há pouco, nas eleições de

82, esse esquema funcionou com rara eficácia, rendendo votos ao PDS.

O que acontece hoje são os sintomas do adopção desse sistema. Não de golpe, mas aos poucos, às vezes quase imperceptivelmente, ele marcha para a cova. A seca, a fome, que no passado sempre ajudaram o reinado dos coronéis, agora geram também a rebeldia contra eles.

Capemi
01 - A Nota Fiscal de Serviços anexa (nº 068 de 03/06/82), revela que a madeira cedida à SÃO BERNARDO para serragem, resultou um aproveitamento de 37% (trinta e sete por cento).

Tendo-se em conta que o aproveitamento MÉDIO deve girar em torno de 50% (cinquenta por cento), suspeito, como lógica ilação, do seguinte:

01.01 - Houve desempenho técnico inadequado da serra; ou,

01.02 - Desvio irregular da madeira em toras ou mesmo serrada.

02 - Considerando-se agora o seguinte:

02.01 - Que o preço de custo da madeira serrada é de Cr\$ 16.557,19 por metro cúbico;

02.02 - Que o valor de custo supra devem ser somadas as despesas com exploração, imunização, construção de estradas, despesas administrativas, financeiras e operacionais, o custo efetivo da madeira o lucro e outras verbas.

02.03 - Que o preço de venda à METALQUÍMICA COMÉRCIO e REPRESENTAÇÕES LTDA, é de Cr\$ 9.000,00 (nove mil cruzeiros) por metro cúbico.

02.04 - Resulta assim que o prejuízo da AGROPECUÁRIA CAPEMI nunca será inferior a Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) por metro cúbico.

Assim, sugiro que sejam apurados os seguintes:

tas declinadas no item 01, revisados os preços de venda à Metalquímica, ou, se for o caso, operar a rescisão do contrato existente com esta última empresa, ou enfrentar um prejuízo final que estimo em três bilhões de cruzeiros

Por oportuno, saliento ainda que os contratos de venda de madeira celebrados com as empresas MANASA, MANOGANY, MONTE CRISTO, METALQUÍMICA, PARQUET PAULISTA e ANAPOLIS, num total de 433.100 m³ (quatrocentos e trinta e três mil e cem metros cúbicos), se cumpridos nos termos acordados, darão à AGROPECUÁRIA CAPEMI um prejuízo final superior a DEZ BILHÕES DE CRUZEIROS.

Logo, devem também estes contratos sofrer um enérgico processo de revisão ou até mesmo a rescisão, para minimizar os prejuízos.

Assim entendemos, S.M.J.

Rio de Janeiro, 22 de junho de 1982.

Adeodato Dantas
Advogado
Rua... nº...
BETCA JURÍDICO

Fac-símile do parecer, inédito, em que o advogado Adeodato Dantas mostra como o filho de Figueiredo faturava na Metalquímica com a madeira de Tucuruí